

Positivo Tecnologia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Positivo Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Realização de créditos tributários, incluindo impostos diferidos ativos

Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos tributários relevantes decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos nos montantes de R\$113.207 mil e R\$61.540 mil, respectivamente. Para suportar a realização desses créditos tributários, a Administração da Companhia elaborou projeções de resultados futuros e de operações de utilização dos créditos de ICMS.</p> <p>Este tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (a) os valores envolvidos são materiais para a auditoria; (b) as projeções elaboradas pela Companhia envolvem julgamentos complexos e subjetivos sobre a geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, sobre a realização dos créditos tributários em aberto na data-base 31 de dezembro de 2019; (c) as projeções incluem premissas referentes ao desempenho da economia brasileira e do segmento de atuação da Companhia e à ampliação de atividades comerciais e de transferência de créditos de ICMS; (d) as incertezas inerentes ao processo de determinação de estimativas de realização dos créditos tributários; e (e) houve forte interação com a Administração da Companhia na discussão desse assunto.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados à realização de créditos tributários; (ii) avaliação e desafio das premissas significativas utilizadas nas projeções futuras, bem como da consistência das principais premissas utilizadas pela Administração com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (iii) revisão da acurácia matemática das projeções; e (iv) avaliação da consistência dos principais componentes das projeções com a legislação tributária vigente. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios de reconhecimento e valorização dos créditos tributários de ICMS e Impostos Diferidos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 27 e nº 29 às demonstrações financeiras, a Companhia realiza parte significativa de suas vendas para os segmentos operacionais representados por vendas ao mercado varejista e a entidades governamentais, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas práticas contábeis quanto ao reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.20 às demonstrações financeiras.

Essas operações de venda são relevantes e pode haver intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais de venda dos produtos e o momento em que a Companhia satisfaz a sua obrigação de desempenho e transfere o controle dos produtos vendidos aos varejistas e às entidades governamentais.

Por esse motivo, a Companhia monitora o prazo de entrega a esses clientes e procede aos ajustes de reversão da receita operacional para que essa reflita somente as vendas que atenderam a todos os critérios contábeis para reconhecimento até a data-base das demonstrações financeiras.

Este tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (a) o valor das transações de vendas sujeitas ao monitoramento de prazo de entrega é material; (b) os controles internos implementados pela Companhia são individualizados por transação para determinação dos eventuais ajustes na receita operacional; e (c) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados ao reconhecimento da receita no correto período de competência; (ii) execução de testes substantivos sobre os ajustes de reversão da receita registrados pela Companhia sobre transações de vendas que não atenderam ao critério de reconhecimento; e (iii) testes da integridade dos ajustes de reversão da receita registrados pela Companhia, por meio de seleção de transações de receitas ocorridas próximas ao encerramento do exercício. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 25 de março de 2019, emitimos relatório do auditor independente sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as reclassificações das verbas de propaganda cooperada e os valores provisionados como rebate, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 4 de março de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	3
3. Demonstração do Resultado	5
4. Demonstração do Resultado Abrangente	6
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	7

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	9
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	10
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	11

9. Demonstração de Valor Adicionado	12
-------------------------------------	----

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	14
2. Balanço Patrimonial Passivo	15
3. Demonstração do Resultado	17
4. Demonstração do Resultado Abrangente	18
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	19

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	21
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	22
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	23

9. Demonstração de Valor Adicionado	24
-------------------------------------	----

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	87.800
Preferenciais	0
Total	87.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.193
Preferenciais	0
Total	1.193

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.769.361	1.680.824	1.696.385
1.01	Ativo Circulante	1.282.557	1.300.728	1.358.774
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	390.817	356.892	377.863
1.01.03	Contas a Receber	204.769	192.456	267.891
1.01.04	Estoques	438.306	472.809	467.577
1.01.06	Tributos a Recuperar	117.902	123.428	139.232
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	130.763	155.143	106.211
1.01.08.03	Outros	130.763	155.143	106.211
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.740	8.484
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	30.190	64.156	23.536
1.01.08.03.03	Adiantamentos Diversos	48.569	54.123	50.613
1.01.08.03.04	Outros Créditos	52.004	34.124	23.578
1.02	Ativo Não Circulante	486.804	380.096	337.611
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	207.250	191.088	149.551
1.02.01.04	Contas a Receber	69	28	262
1.02.01.07	Tributos Diferidos	61.540	63.410	66.731
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	145.641	127.650	82.558
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	86.068	75.486	75.568
1.02.01.10.04	Outros Créditos	59.573	52.164	6.990
1.02.02	Investimentos	155.531	103.584	90.729
1.02.02.01	Participações Societárias	155.531	103.584	90.729
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.798	8.303	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	149.733	88.354	69.286
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	0	6.927	21.443
1.02.03	Imobilizado	76.538	42.983	49.403
1.02.04	Intangível	47.485	42.441	47.928

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.769.361	1.680.824	1.696.385
2.01	Passivo Circulante	1.046.124	1.027.261	1.053.310
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.832	17.230	19.668
2.01.02	Fornecedores	323.182	380.121	450.086
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.768	16.558	35.317
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	553.500	519.434	439.705
2.01.05	Outras Obrigações	49.143	21.696	18.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.178	5.858	4.592
2.01.05.02	Outros	38.965	15.838	14.126
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.560	3	3
2.01.05.02.04	Receita Diferida	8.344	9.346	10.115
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.584	118	0
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.757	6.371	4.008
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	6.720	0	0
2.01.06	Provisões	80.699	72.222	89.816
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.592	4.139	5.387
2.01.06.02	Outras Provisões	76.107	68.083	84.429
2.02	Passivo Não Circulante	196.213	144.573	136.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	110.396	90.801	91.602
2.02.02	Outras Obrigações	35.895	6.791	2.790
2.02.02.02	Outros	35.895	6.791	2.790
2.02.02.02.03	Passivo a Descoberto em Controladas	2.277	3.906	459
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.275	2.885	2.331
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	32.343	0	0
2.02.04	Provisões	49.922	46.981	42.308
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.600	32.921	33.092
2.02.04.02	Outras Provisões	19.322	14.060	9.216
2.03	Patrimônio Líquido	527.024	508.990	506.375
2.03.01	Capital Social Realizado	389.000	389.000	389.000

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.02	Reservas de Capital	106.789	99.888	95.403
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-12.501	-19.229	-23.109
2.03.02.07	Reserva de Capital	119.290	119.117	118.512
2.03.04	Reservas de Lucros	68.687	61.843	67.069
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-37.452	-41.741	-45.097

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.684.253	1.887.300	1.903.447
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.259.221	-1.427.465	-1.408.903
3.03	Resultado Bruto	425.032	459.835	494.544
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-338.346	-390.394	-455.603
3.04.01	Despesas com Vendas	-249.952	-277.248	-332.112
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-104.299	-102.766	-96.808
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	5.584	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.724	0	-17.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.629	-15.964	-9.596
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.686	69.441	38.941
3.06	Resultado Financeiro	-64.094	-59.208	-82.976
3.06.01	Receitas Financeiras	37.554	40.341	63.246
3.06.01.01	Receitas Financeiras	29.654	38.651	63.246
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	7.900	1.690	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.648	-99.549	-146.222
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-101.648	-99.549	-125.142
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	-21.080
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.592	10.233	-44.035
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.133	-10.694	-3.516
3.08.01	Corrente	-4.263	-7.373	0
3.08.02	Diferido	-1.870	-3.321	-3.516
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.459	-461	-47.551
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.459	-461	-47.551
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,19040	-0,00530	-0,55240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,19030	-0,00530	-0,54750

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	16.459	-461	-47.551
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.289	3.356	-6.923
4.02.01	Variação Cambial Investimentos Exterior - Crounal S.A. / PBG Uruguay S.A	2.286	7.889	1.308
4.02.02	Variação Cambial Investimentos Exterior - Informática Fueguina S.A	280	-4.244	-5.217
4.02.03	Variação Cambial Investimentos Exterior - Positivo Inf. da Bahia Ltda. / PBG Rwanda Limited	-88	304	-159
4.02.04	Variação Cambial Investimentos Exterior - Positivo Argentina S. R. L.	-231	30	0
4.02.05	Hedges de Fluxo de Caixa	2.042	-623	-2.855
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.748	2.895	-54.474

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.004	-34.114	127.929
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.115	114.299	21.917
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	16.459	-461	-47.551
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	28.398	29.733	31.588
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-18.629	15.964	9.596
6.01.01.04	(Ganho) Perda no valor Justo dos Instrumentos Financeiros	874	15.852	-38.532
6.01.01.05	Provisões (Reversão) para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	-1.868	-1.419	-1.064
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.582	7.045	7.923
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Perdas de Estoques, Líquida	-1.312	-350	14.595
6.01.01.08	Stock Options	425	675	316
6.01.01.10	Encargos sobre Empréstimos e direito de uso	68.634	56.731	77.570
6.01.01.11	Variação Cambial	-5.730	-15.610	-36.040
6.01.01.12	Juros sobre Impostos	-3.403	-4.555	0
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	6.133	10.694	3.516
6.01.01.14	Direito de uso amortizado	7.552	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-114.119	-148.413	106.012
6.01.02.01	Contas a Receber	-14.940	70.442	18.069
6.01.02.02	Estoques	17.988	-42.248	-29.614
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-8.843	11.430	23.990
6.01.02.04	Adiantamentos Diversos	4.878	-10.285	-7.452
6.01.02.05	Outros Créditos	-22.362	-55.102	317
6.01.02.06	Fornecedores	-48.967	-40.543	101.380
6.01.02.07	Provisões e Receitas Diferidas	18.813	24.463	13.085
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	4.331	-24.661	25.188
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-1.624	479	-4.134
6.01.02.10	Pagamento de Juros Sobre Empréstimos e direito de uso	-63.274	-82.388	-34.817
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social, pagos	-119	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.639	-31.794	-59.620
6.02.02	Integralização de Capital em Investidas	-7.700	-14.600	-26.435

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-3.661	-3.208	-7.666
6.02.05	Aumento do Intangível	-14.278	-13.986	-25.519
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	73.568	44.937	-149.621
6.03.01	Pagamento de Dividendos	0	0	-2.209
6.03.02	Captação de Empréstimos	681.665	628.394	647.266
6.03.03	Captação de Empréstimos do BNDES	0	0	20.318
6.03.04	Amortização de Empréstimos	-616.552	-543.148	-790.811
6.03.05	Partes Relacionadas	13.286	-39.354	-25.471
6.03.06	Recompra de Ações da Companhia	0	-1.641	0
6.03.07	Stock Options	1.418	686	1.286
6.03.08	Direito de uso	-6.249	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.925	-20.971	-81.312
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	356.892	377.863	459.175
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	390.817	356.892	377.863

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.901	-5.058	0	0	1.843
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.901	-5.058	0	0	1.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.459	4.289	20.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.459	0	16.459
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.289	4.289
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.042	2.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.247	2.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.902	-16.459	0	-4.557
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.902	0	0	11.902
5.06.04	Dividendo obrigatório	0	0	0	-4.557	0	-4.557
5.06.05	Apropriação do lucro do período	0	0	0	-11.902	0	-11.902
5.07	Saldos Finais	389.000	106.789	68.687	0	-37.452	527.024

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.485	-4.765	0	0	-280
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.126	-4.765	0	0	1.361
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.641	0	0	0	-1.641
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-461	3.356	2.895
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-461	0	-461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.356	3.356
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-623	-623
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.979	3.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-461	461	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-461	461	0	0
5.07	Saldos Finais	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.000	88.651	119.768	0	-38.174	559.245
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	88.651	119.768	0	-38.174	559.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.752	-5.148	0	0	1.604
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.752	-5.148	0	0	1.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.551	-6.923	-54.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.551	0	-47.551
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.923	-6.923
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.855	-2.855
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.068	-4.068
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-47.551	47.551	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-47.551	47.551	0	0
5.07	Saldos Finais	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	1.827.554	2.010.267	2.086.827
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.961.474	2.147.351	2.177.748
7.01.02	Outras Receitas	-131.338	-130.039	-82.998
7.01.02.01	Devoluções e descontos Comerciais	-81.992	-74.439	-84.318
7.01.02.02	Outras Receitas	0	5.584	1.320
7.01.02.03	Verba de propaganda cooperada e rebate	-49.346	-61.184	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.582	-7.045	-7.923
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.429.447	-1.590.580	-1.640.855
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.207.156	-1.366.099	-1.338.297
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-175.363	-167.973	-185.453
7.02.04	Outros	-46.928	-56.508	-117.105
7.02.04.01	Comissões	-25.750	-31.365	-28.014
7.02.04.02	Marketing	-21.178	-25.143	-89.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	398.107	419.687	445.972
7.04	Retenções	-35.950	-29.812	-31.588
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.950	-29.812	-31.588
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	362.157	389.875	414.384
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.598	118.310	84.395
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.629	-15.964	-9.596
7.06.02	Receitas Financeiras	71.969	134.274	93.991
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	452.755	508.185	498.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	452.755	508.185	498.779
7.08.01	Pessoal	114.323	133.293	131.097
7.08.01.01	Remuneração Direta	93.368	104.829	103.221
7.08.01.02	Benefícios	12.721	16.569	16.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.234	11.895	11.262
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	182.615	170.322	227.041
7.08.02.01	Federais	145.035	124.856	148.640
7.08.02.02	Estaduais	36.260	44.021	77.599

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.02.03	Municipais	1.320	1.445	802
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.358	205.031	188.192
7.08.03.01	Juros	101.648	99.549	125.142
7.08.03.02	Aluguéis	3.295	11.549	11.225
7.08.03.03	Outras	34.415	93.933	51.825
7.08.03.03.01	Variação Cambial	34.415	93.933	51.825
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.459	-461	-47.551
7.08.04.02	Dividendos	4.557	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.902	-461	-47.551

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.945.403	1.789.529	1.733.859
1.01	Ativo Circulante	1.471.763	1.418.740	1.411.332
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	460.714	393.348	387.826
1.01.03	Contas a Receber	258.642	235.282	276.246
1.01.04	Estoques	494.422	534.726	506.539
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.615	129.445	142.158
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	133.370	125.939	98.563
1.01.08.03	Outros	133.370	125.939	98.563
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.740	8.484
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	20.378	21.103	12.383
1.01.08.03.03	Adiantamentos Diversos	60.535	65.747	53.944
1.01.08.03.04	Outros Créditos	52.457	36.349	23.752
1.02	Ativo Não Circulante	473.640	370.789	322.527
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	206.351	192.540	149.661
1.02.01.04	Contas a Receber	70	28	262
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.296	64.744	66.731
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	145.985	127.768	82.668
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	86.096	75.507	75.586
1.02.01.10.04	Outros Créditos	59.889	52.261	7.082
1.02.02	Investimentos	73.433	48.087	53.604
1.02.02.01	Participações Societárias	73.433	48.087	53.604
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	27.317	8.303	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	46.116	39.784	53.604
1.02.03	Imobilizado	88.718	50.746	57.092
1.02.04	Intangível	105.138	79.416	62.170

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.945.403	1.789.529	1.733.859
2.01	Passivo Circulante	1.178.943	1.111.886	1.090.782
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.281	18.205	20.122
2.01.02	Fornecedores	383.964	449.260	486.141
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.035	21.563	35.970
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	601.728	519.434	439.705
2.01.05	Outras Obrigações	57.980	24.220	19.028
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	763	755	3.814
2.01.05.02	Outros	57.217	23.465	15.214
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.560	3	3
2.01.05.02.04	Receita Diferida	8.344	9.346	10.115
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.584	242	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	22.309	13.874	5.096
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil	7.420	0	0
2.01.06	Provisões	90.955	79.204	89.816
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.592	4.139	5.387
2.01.06.02	Outras Provisões	86.363	75.065	84.429
2.02	Passivo Não Circulante	231.568	167.735	136.702
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	110.396	90.801	91.602
2.02.02	Outras Obrigações	71.250	29.953	2.792
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.943	5.500	0
2.02.02.02	Outros	65.307	24.453	2.792
2.02.02.02.03	Passivo a Descoberto em Controladas	459	460	459
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	29.135	23.993	2.333
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	35.713	0	0
2.02.04	Provisões	49.922	46.981	42.308
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.600	32.921	33.092
2.02.04.02	Outras Provisões	19.322	14.060	9.216
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	534.892	509.908	506.375

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	389.000	389.000	389.000
2.03.02	Reservas de Capital	106.789	99.888	95.403
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-12.501	-19.229	-23.109
2.03.02.07	Reserva de Capital	119.290	119.117	118.512
2.03.04	Reservas de Lucros	68.687	61.843	67.069
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-37.452	-41.741	-45.097
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.868	918	0

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.915.308	1.890.654	1.913.608
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.435.200	-1.436.949	-1.420.259
3.03	Resultado Bruto	480.108	453.705	493.349
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-381.253	-378.691	-454.272
3.04.01	Despesas com Vendas	-273.006	-276.226	-332.140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-112.095	-105.148	-98.920
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.896	5.610	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-17.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.048	-2.927	-6.125
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.855	75.014	39.077
3.06	Resultado Financeiro	-70.575	-64.781	-83.064
3.06.01	Receitas Financeiras	37.406	48.130	65.135
3.06.01.01	Receitas Financeiras	32.306	48.130	65.135
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	5.100	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.981	-112.911	-148.199
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-107.981	-104.563	-126.720
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	-8.348	-21.479
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.280	10.233	-43.987
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.432	-10.694	-3.564
3.08.01	Corrente	-7.266	-7.373	-48
3.08.02	Diferido	-166	-3.321	-3.516
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.848	-461	-47.551
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	20.848	-461	-47.551
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.459	-461	-47.551
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.389	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	20.848	-461	-47.551
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.289	3.356	-6.923
4.02.01	Variação Cambial Investimentos Exterior - Crounal S.A. / PBG Uruguay S.A	2.286	7.889	1.308
4.02.02	Variação Cambial Investimentos Exterior - Informática Fueguina S.A.	280	-4.244	-5.217
4.02.03	Variação Cambial Investimentos Exterior - Positivo Inf. da Bahia Ltda. / PBG Rwanda Limited	-88	304	-159
4.02.04	Variação Cambial Investimentos Exterior - Positivo Argentina S. R. L.	-231	30	0
4.02.05	Hedges de Fluxo de Caixa	2.042	-623	-2.855
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	25.137	2.895	-54.474
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.748	2.895	-54.474
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.389	0	0

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.671	-64.563	112.580
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	128.411	101.775	21.794
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	20.848	-461	-47.551
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	35.995	32.586	31.999
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	2.048	2.927	6.125
6.01.01.04	(Ganho) Perda no Valor Justo de Instrumentos Financeiros	-8.549	13.083	-38.532
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Riscos Trabalhistas Tributários e Cíveis	-1.868	-1.419	-1.064
6.01.01.06	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.582	7.045	7.923
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Perdas de Estoques, Líquida	-1.867	1.266	15.457
6.01.01.08	Stock Options	425	675	316
6.01.01.10	Encargos sobre Empréstimos e direito de uso	71.813	57.138	77.927
6.01.01.11	Variação Cambial	-5.384	-17.204	-34.370
6.01.01.13	Juros sobre Impostos	-3.403	-4.555	0
6.01.01.14	Imposto de Renda e Contribuição Social (Diferido e Corrente)	7.432	10.694	3.564
6.01.01.15	Direito de uso amortizado	8.339	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-132.082	-166.338	90.786
6.01.02.01	Contas a receber	-25.435	58.353	11.117
6.01.02.02	Estoques	22.777	-63.200	-67.733
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-8.262	8.497	21.791
6.01.02.04	Adiantamentos Diversos	4.100	-20.053	-7.079
6.01.02.05	Outros Créditos	-21.639	-49.586	1.529
6.01.02.06	Fornecedores	-56.863	-18.115	130.919
6.01.02.07	Provisões e Receitas Diferidas	22.078	24.457	13.085
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	-848	-24.700	25.822
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social, Pagos	-3.282	0	-48
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-942	804	-3.054
6.01.02.11	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e direito de uso	-63.766	-82.795	-35.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.968	-10.853	-43.059
6.02.02	Integralização de Capital em Investida	-12.600	0	0

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.03	Caixa Incorporado na Aquisição de Investimentos	0	7.673	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-5.078	-4.283	-15.759
6.02.05	Aumento do Intangível	-14.290	-14.243	-27.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	103.155	80.262	-160.362
6.03.01	Pagamentos de Dividendos	0	0	-2.209
6.03.02	Captação de Empréstimos	727.649	628.394	647.266
6.03.03	Captação de Empréstimos Junto ao BNDES	0	0	20.318
6.03.04	Amortização de Empréstimos	-616.552	-543.148	-813.339
6.03.05	Partes Relacionadas	-2.460	-4.029	-13.684
6.03.06	Recompra de Ações da Companhia	0	-1.641	0
6.03.07	Stock Options	1.418	686	1.286
6.03.08	Direito de uso	-6.900	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-150	676	291
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.366	5.522	-90.550
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	393.348	387.826	478.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	460.714	393.348	387.826

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990	918	509.908
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990	918	509.908
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.901	-5.058	0	0	1.843	0	1.843
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.901	-5.058	0	0	1.843	0	1.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.459	4.289	20.748	4.389	25.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.459	0	16.459	4.389	20.848
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.289	4.289	0	4.289
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.042	2.042	0	2.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.247	2.247	0	2.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.902	-16.459	0	-4.557	2.561	-1.996
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.902	0	0	11.902	0	11.902
5.06.04	Dividendo obrigatório	0	0	0	-4.557	0	-4.557	0	-4.557
5.06.05	Apropriação do Lucro do Período	0	0	0	-11.902	0	-11.902	0	-11.902
5.06.20	Participação dos não controladores - Mais Valia	0	0	0	0	0	0	2.561	2.561
5.07	Saldos Finais	389.000	106.789	68.687	0	-37.452	527.024	7.868	534.892

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375	0	506.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375	0	506.375
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.485	-4.765	0	0	-280	0	-280
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.126	-4.765	0	0	1.361	0	1.361
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.641	0	0	0	-1.641	0	-1.641
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-461	3.356	2.895	0	2.895
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-461	0	-461	0	-461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.356	3.356	0	3.356
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-623	-623	0	-623
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.979	3.979	0	3.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-461	461	0	0	918	918
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-461	461	0	0	0	0
5.06.04	Participação dos não Controladores	0	0	0	0	0	0	918	918
5.07	Saldos Finais	389.000	99.888	61.843	0	-41.741	508.990	918	509.908

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.000	88.651	119.768	0	-38.174	559.245	0	559.245
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	88.651	119.768	0	-38.174	559.245	0	559.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.752	-5.148	0	0	1.604	0	1.604
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.752	-5.148	0	0	1.604	0	1.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.551	-6.923	-54.474	0	-54.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.551	0	-47.551	0	-47.551
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.923	-6.923	0	-6.923
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.855	-2.855	0	-2.855
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.068	-4.068	0	-4.068
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-47.551	47.551	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-47.551	47.551	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.000	95.403	67.069	0	-45.097	506.375	0	506.375

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	2.096.417	2.016.863	2.095.219
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.227.688	2.154.820	2.185.877
7.01.02	Outras Receitas	-128.689	-130.912	-82.735
7.01.02.01	Devoluções e Descontos Comerciais	-85.298	-75.839	-84.055
7.01.02.02	Outras Receitas	5.896	5.610	1.320
7.01.02.03	Verba de propaganda cooperada e rebate	-49.287	-60.683	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-2.582	-7.045	-7.923
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.608.476	-1.584.359	-1.645.788
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.362.655	-1.355.302	-1.340.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-190.522	-170.804	-188.512
7.02.04	Outros	-55.299	-58.253	-117.122
7.02.04.01	Comissões	-32.662	-32.088	-28.013
7.02.04.02	Marketing	-22.637	-26.165	-89.109
7.03	Valor Adicionado Bruto	487.941	432.504	449.431
7.04	Retenções	-44.334	-32.663	-31.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.334	-32.663	-31.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	443.607	399.841	417.432
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.800	143.971	91.121
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.048	-2.927	-6.125
7.06.02	Receitas Financeiras	78.848	146.898	97.246
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	520.407	543.812	508.553
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	520.407	543.812	508.553
7.08.01	Pessoal	126.623	143.441	136.343
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.466	111.316	106.585
7.08.01.02	Benefícios	16.333	19.766	18.360
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.824	12.359	11.398
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	220.026	176.711	227.889
7.08.02.01	Federais	175.096	127.699	148.976
7.08.02.02	Estaduais	43.544	47.514	78.071

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.02.03	Municipais	1.386	1.498	842
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.910	224.121	191.872
7.08.03.01	Juros	107.981	104.398	126.724
7.08.03.02	Aluguéis	3.487	12.441	11.568
7.08.03.03	Outras	41.442	107.282	53.580
7.08.03.03.01	Variação Cambial	41.442	107.282	53.580
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.848	-461	-47.551
7.08.04.02	Dividendos	4.557	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.902	-461	-47.551
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.389	0	0

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	390.817	356.892	460.714	393.348	Fornecedores	17	270.203	347.559	330.985	416.698
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	2.740	-	2.740	Fornecedores - Convênio	18	52.979	32.562	52.979	32.562
Contas a receber	8	204.769	192.456	258.642	235.282	Empréstimos e financiamentos	19	553.500	519.434	601.728	519.434
Estoques	9	438.306	472.809	494.422	534.726	Instrumentos financeiros derivativos	35	14.584	118	14.584	242
Partes relacionadas	12	30.190	64.156	20.378	21.103	Salários e encargos a pagar		18.832	17.230	20.281	18.205
Impostos a recuperar	10	117.902	123.428	124.615	129.445	Direito de uso	15.a	6.720	-	7.420	-
Adiantamentos diversos		48.569	54.123	60.535	65.747	Provisões	20	76.107	68.083	86.363	75.065
Outros créditos	11	52.004	34.124	52.457	36.349	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	25	4.592	4.139	4.592	4.139
		<u>1.282.557</u>	<u>1.300.728</u>	<u>1.471.763</u>	<u>1.418.740</u>	Tributos a recolher	21	20.768	16.558	24.035	21.563
						Dividendos a pagar	26.d	4.560	3	4.560	3
						Receita diferida	10 e 22	8.344	9.346	8.344	9.346
						Partes relacionadas	12	10.178	5.858	763	755
						Outras contas a pagar	23	4.757	6.371	22.309	13.874
								<u>1.046.124</u>	<u>1.027.261</u>	<u>1.178.943</u>	<u>1.111.886</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	110.396	90.801	110.396	90.801
Contas a receber	8	69	28	70	28	Direito de uso	15.a	32.343	-	35.713	-
Impostos a recuperar	10	86.068	75.486	86.096	75.507	Provisões	20	19.322	14.060	19.322	14.060
Tributos diferidos	24.a	61.540	63.410	60.296	64.744	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	25	30.600	32.921	30.600	32.921
Outros créditos	11	59.573	52.164	59.889	52.261	Partes relacionadas	12	-	-	5.943	5.500
		<u>207.250</u>	<u>191.088</u>	<u>206.351</u>	<u>192.540</u>	Passivo a descoberto em controladas e joint ventures	13 e 14	2.277	3.906	459	460
						Outras contas a pagar	23	1.275	2.885	29.135	23.993
								<u>196.213</u>	<u>144.573</u>	<u>231.568</u>	<u>167.735</u>
Investimento em controladas	13	149.733	88.354	-	-	TOTAL DO PASSIVO		<u>1.242.337</u>	<u>1.171.834</u>	<u>1.410.511</u>	<u>1.279.621</u>
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	14	-	6.927	46.116	39.784	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em coligadas e outros	13	5.798	8.303	27.317	8.303	Capital social	26.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Imobilizado	15	76.538	42.983	88.718	50.746	Reserva de capital	26.b	119.290	119.117	119.290	119.117
Intangível	16	47.485	42.441	105.138	79.416	Ajuste de avaliação patrimonial		(37.452)	(41.741)	(37.452)	(41.741)
		<u>279.554</u>	<u>189.008</u>	<u>267.289</u>	<u>178.249</u>	Reserva de lucros	26.c	68.687	61.843	68.687	61.843
						Ações em tesouraria	26.f	(12.501)	(19.229)	(12.501)	(19.229)
						Participação de Não Controladores		-	-	7.868	918
		<u>486.804</u>	<u>380.096</u>	<u>473.640</u>	<u>370.789</u>			<u>527.024</u>	<u>508.990</u>	<u>534.802</u>	<u>509.908</u>
TOTAL ATIVO		<u>1.769.361</u>	<u>1.680.824</u>	<u>1.945.403</u>	<u>1.789.529</u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.769.361</u>	<u>1.680.824</u>	<u>1.945.403</u>	<u>1.789.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	27	1.684.253	1.887.300	1.915.308	1.890.654
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	28	(1.259.221)	(1.427.465)	(1.435.200)	(1.436.949)
LUCRO BRUTO		425.032	459.835	480.108	453.705
Despesas com vendas	28	(249.952)	(277.248)	(273.006)	(276.226)
Despesas gerais e administrativas	28	(104.299)	(102.766)	(112.095)	(105.148)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(2.724)	5.584	5.896	5.610
Resultado da equivalência patrimonial	13 e 14	18.629	(15.964)	(2.048)	(2.927)
		(338.346)	(390.394)	(381.253)	(378.691)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		86.686	69.441	98.855	75.014
Receitas financeiras	30	29.654	38.651	32.306	48.130
Despesas financeiras	30	(101.648)	(99.549)	(107.981)	(104.563)
Variação cambial, líquida	30	7.900	1.690	5.100	(8.348)
		(64.094)	(59.208)	(70.575)	(64.781)
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		22.592	10.233	28.280	10.233
Imposto de renda e contribuição social correntes	24,b	(4.263)	(7.373)	(7.266)	(7.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24,b	(1.870)	(3.321)	(166)	(3.321)
		(6.133)	(10.694)	(7.432)	(10.694)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.459	(461)	20.848	(461)
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	16.459	(461)
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	4.389	-
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$					
Básico	32	0.1904	(0.0053)	N/A	N/A
Diluído	32	0.1903	(0.0053)	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado líquido do exercício		16.459	(461)	20.848	(461)
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	13	2.286	7.889	2.286	7.889
Informática Fuegoína S.A.	14	280	(4.244)	280	(4.244)
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	13 e 14	(88)	304	(88)	304
Positivo Argentina S.R.L		(231)	30	(231)	30
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	35.c	2.042	(623)	2.042	(623)
		4.289	3.356	4.289	3.356
Resultado abrangente do exercício		20.748	2.895	25.137	2.895
Resultado abrangente atribuído aos controladores				20.748	2.895
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				4.389	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora e Consolidado												Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Nota	Capital Social	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro (Prejuízo) do exercício	Total do patrimônio líquido				
		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		389.000	118.305	207	(45.097)	66.988	81	(23.109)	-	506.375	-	506.375	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)	-	(461)	
Outros resultados abrangentes:													
Hedges de fluxo de caixa					(623)					(623)	-	(623)	
Ajuste acumulado de conversão	13 e 14	-	-	-	3.979	-	-	-	-	3.979	-	3.979	
Total de resultado abrangente		-	-	-	3.356	-	-	-	(461)	2.895	-	2.895	
Exercício de Opções	36	-	-	(70)	-	(4.765)	-	5.521	-	686	-	686	
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	675		-		-	-	675	-	675	
Outros resultados abrangentes:											-	-	
Apropriação do prejuízo do período	26.c	-	-	-	-	(461)	-	-	461	-	-	-	
Ações em tesouraria	26.f	-	-	-	-	-	-	(1.641)	-	(1.641)	-	(1.641)	
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	918	918	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		389.000	118.305	812	(41.741)	61.762	81	(19.229)	-	508.990	918	509.908	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		389.000	118.305	812	(41.741)	61.762	81	(19.229)	-	508.990	918	509.908	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	16.459	16.459	4.389	20.848	
Outros resultados abrangentes:													
Hedges de fluxo de caixa	35.c	-	-	-	2.042	-	-	-	-	2.042	-	2.042	
Ajuste acumulado de conversão	13 e 14	-	-	-	2.247	-	-	-	-	2.247	-	2.247	
Total de resultado abrangente		-	-	-	4.289	-	-	-	16.459	20.748	4.389	25.137	
Exercício/cancelamento de Opções	36	-	-	(252)	-	(5.058)	-	6.728	-	1.418	-	1.418	
Opções outorgadas reconhecidas	36	-	-	425		-	-	-	-	425	-	425	
Dividendo obrigatório	26.d	-	-	-	-	-	-	-	(4.557)	(4.557)	-	(4.557)	
Apropriação do lucro do período	26.e	-	-	-	-	11.902	-	-	(11.902)	-	-	-	
Participação dos não controladores - Mais valia		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.561	2.561	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		389.000	118.305	985	(37.452)	68.606	81	(12.501)	-	527.024	7.868	534.892	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		16.459	(461)	20.848	(461)
Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:					
Depreciação e amortização	28	28.398	29.733	35.995	32.586
Direito de uso amortizado	28	7.552	-	8.339	-
Equivalência patrimonial	13 e 14	(18.629)	15.964	2.048	2.927
Ganho no valor justo e ajuste a valor presente		874	15.852	(8.549)	13.083
Provisão (Reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	25	(1.868)	(1.419)	(1.868)	(1.419)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	2.582	7.045	2.582	7.045
Provisão (Reversão) para perdas com estoques	9	(1.312)	(350)	(1.867)	1.266
Stock options	36	425	675	425	675
Encargos sobre empréstimos e direito de uso		68.634	56.731	71.813	57.138
Variação cambial		(5.730)	(15.610)	(5.384)	(17.204)
Juros sobre impostos		(3.403)	(4.555)	(3.403)	(4.555)
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	24.b	6.133	10.694	7.432	10.694
		100.115	114.299	128.411	101.775
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(14.940)	70.442	(25.435)	58.353
Estoques		17.988	(42.248)	22.777	(63.200)
Impostos a recuperar		(8.843)	11.430	(8.262)	8.497
Adiantamentos diversos		4.878	(10.285)	4.100	(20.053)
Outros créditos		(22.362)	(55.102)	(21.639)	(49.586)
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		(48.967)	(40.543)	(56.863)	(18.115)
Provisões e receitas diferidas		18.813	24.463	22.078	24.457
Obrigações tributárias		4.331	(24.661)	(848)	(24.700)
Imposto de renda e contribuição social, pagos		(119)	-	(3.282)	-
Outras contas a pagar		(1.624)	479	(942)	804
Pagamento de juros sobre empréstimos e direito de uso		(63.274)	(82.388)	(63.766)	(82.795)
		(114.119)	(148.413)	(132.082)	(166.338)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(14.004)	(34.114)	(3.671)	(64.563)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Integralização de capital - investida		(7.700)	(14.600)	(12.600)	-
Caixa incorporado na aquisição de investimentos		-	-	-	7.673
Aquisição de imobilizado		(3.661)	(3.208)	(5.078)	(4.283)
Aumento do intangível		(14.278)	(13.986)	(14.290)	(14.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(25.639)	(31.794)	(31.968)	(10.853)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos		681.665	628.394	727.649	628.394
Amortização de empréstimos		(616.552)	(543.148)	(616.552)	(543.148)
Direito de uso	15.a	(6.249)	-	(6.900)	-
Partes relacionadas		13.286	(39.354)	(2.460)	(4.029)
Recompra de ações		-	(1.641)	-	(1.641)
Stock Options	36	1.418	686	1.418	686
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		73.568	44.937	103.155	80.262
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(150)	676
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		33.925	(20.971)	67.366	5.522
Caixa e equivalentes no início do exercício	7	356.892	377.863	393.348	387.826
Caixa e equivalentes no final do exercício	7	390.817	356.892	460.714	393.348
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		33.925	(20.971)	67.366	5.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	1.961.474	2.147.351	2.227.688	2.154.820
Devoluções e descontos comerciais	(81.992)	(74.439)	(85.298)	(75.839)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(49.346)	(61.184)	(49.287)	(60.683)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.582)	(7.045)	(2.582)	(7.045)
Outras receitas	-	5.584	5.896	5.610
	1.827.554	2.010.267	2.096.417	2.016.863
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.207.156)	(1.366.099)	(1.362.655)	(1.355.302)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(175.363)	(167.973)	(190.522)	(170.804)
Comissões	(25.750)	(31.365)	(32.662)	(32.088)
Marketing	(21.178)	(25.143)	(22.637)	(26.165)
	(1.429.447)	(1.590.580)	(1.608.476)	(1.584.359)
Valor adicionado bruto	398.107	419.687	487.941	432.504
Depreciação e amortização	(35.950)	(29.812)	(44.334)	(32.663)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	362.157	389.875	443.607	399.841
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	18.629	(15.964)	(2.048)	(2.927)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	71.969	134.274	78.848	146.898
	90.598	118.310	76.800	143.971
Valor adicionado total a distribuir	452.755	508.185	520.407	543.812
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	93.368	104.829	101.466	111.316
Benefícios	12.721	16.569	16.333	19.766
FGTS	8.234	11.895	8.824	12.359
	114.323	133.293	126.623	143.441
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	145.035	124.856	175.096	127.699
Estaduais	36.260	44.021	43.544	47.514
Municipais	1.320	1.445	1.386	1.498
	182.615	170.322	220.026	176.711
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	101.648	99.549	107.981	104.398
Aluguéis	3.295	11.549	3.487	12.441
Variação cambial	34.415	93.933	41.442	107.282
	139.358	205.031	152.910	224.121
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	4.557	-	4.557	-
Lucros retidos	11.902	(461)	11.902	(461)
Parcela dos não controladores no lucro retido	-	-	4.389	-
	16.459	(461)	20.848	(461)
Valor adicionado total distribuído	452.755	508.185	520.407	543.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico com uma unidade no município de Curitiba – PR e uma unidade em Manaus-AM. A Companhia possui ainda três controladas diretas em Curitiba – PR, uma controlada direta em Manaus-AM, uma controlada indireta em Ilhéus - BA. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fuego S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai, controlada esta que em 2015 adquiriu 50% da Companhia PBG Uruguay S.A. também com sede no Uruguai. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR Code Desenvolvimento de Software S.A.. Em outubro de 2014, a Companhia constituiu a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. Em 25 de junho de 2018 a Companhia constituiu a coligada Hi Technologies Holding Ltd., com sede nas ilhas Cayman, transferindo para a investida o total de participação na coligada Hi Technologies S.A.. Em setembro de 2017 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L. com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina. Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu um Fundo de Investimento em Participações (F.I.P.) na cidade de São Paulo - SP, do qual é detentora da totalidade das quotas. Em dezembro de 2018 a controlada direta Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% das quotas da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda..

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, smartphones e softwares educacionais.

As ações da Positivo Tecnologia S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2020.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00
Positivo Distrib. de Equip. de Informática Ltda.	100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo		
Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	80,00

(b) Empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fuegoína S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Investida da Positivo		
Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da		
Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

(c) Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Coligadas		
Hi Technologies Holding Ltd.	30,07	30,07
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.		
Hi Technologies S.A.	30,07	30,07

(d) Outros investimentos mensurados a valor justo

Outros investimentos onde a Companhia não têm influência significativa, os quais são mensurados a valor justo por meio do resultado.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.		
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	20,00	-
Agrosmart S.A.	12,40	-

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 29 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "Outros investimentos".

(b) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

- (a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
- (b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
- (c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concedeu ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;
- (d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
- (e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 33 a 35 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vidas úteis
Máquinas e equipamentos	15 anos
Benfeitorias sobre imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	13 anos
Edificações	25 anos
Outros Imobilizados	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
 - A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
 - A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
 - Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
 - A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo;
- e

- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou

mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

(a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

(b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 10.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório e entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 36.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Prestação de serviços

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos na data

de aquisição, dos passivos incorridos com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1));
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10 (R1)) na data de aquisição (vide a seguir); e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Mensuração do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas nº 33 e nº 35.

(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

(c) Realização dos estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

(d) Benefícios fiscais - ICMS

Conforme descrito na Nota 10, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes têm adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(e) Impostos a recuperar - ICMS

Conforme descrito na Nota 10, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na Nota 24, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos tributos diferidos, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro tributável futuro.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS JÁ EMITIDAS

4.1. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

a) CPC 06 (R2) (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil

Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconheceu no balanço patrimonial o impacto da adoção da nova norma na data da sua aplicação inicial, sem reapresentação de informações comparativas.

Em relação aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia optou por reconhecer o ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data da aplicação inicial.

Não houve impacto tributário pela alteração da contabilização dos contratos de aluguel (arrendamento mercantil), face a legislação em vigor prever a dedutibilidade para fins de apuração do IRPJ e CSLL e créditos de PIS e COFINS com base nas contraprestações pagas durante a vigência do contrato.

As políticas contábeis, bem como os impactos da adoção inicial estão descritos nas notas 2.13 e 15.a.

b) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incertezas sobre tratamentos aplicados nos cálculos de apuração dos respectivos tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido). A interpretação entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos quanto à contabilização de passivos em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. Os passivos contingentes desta natureza estão apresentados na nota 25.

5. AQUISIÇÃO DE CONTROLADA

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R\$ 44.193.

Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da ACC Brasil no valor de R\$ 28.937 e 15.253, respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 8,77%.

A tabela a seguir resume a alocação do preço de aquisição com base no laudo de avaliação elaborado por empresa independente:

ALOCACÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO			
		100 %	Aquisição 80 %
Valor Contábil		6.264	5.011
Mais Valia - Ativos Intangíveis	(i)	19.403	15.523
Impostos Diferidos	(ii)	(6.597)	(5.278)
Patrimônio Líquido Ajustado		19.070	15.256
Valor pago à vista			1
Valor justo da parcela contingente - Earn- Out (iii)			42.139
Ajuste de Preço			2.053
Valor total da transação			44.193
Ágio			28.937

i) Mais valia de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se a:

Mais valia alocada aos ativos intangíveis	
Descrição	Valor de mercado
Marca	5.342
Licenciamento	2.940
Backlog	2.625
Carteira de Clientes	8.496
	19.403

Os ativos intangíveis marca, licenciamento, backlog e carteira de clientes foram mensurados pelo fato da empresa exercer atividades de comercialização, sendo aplicável a sua valorização.

ii) Tributos diferidos

A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

iii) Parcela contingente – Earn-out

O cronograma de amortização das parcelas de curto e longo prazo referentes a aquisição do investimento está detalhado na nota explicativa 23.c.

6. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS

Com base na norma internacional IAS 8 (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), as demonstrações de resultado do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação.

A Administração da Companhia identificou durante a preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que conforme o Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, as verbas de propaganda cooperada (VPC) e os valores provisionados como rebate, apresentados na demonstração do resultado do exercício como “despesas com vendas, deveriam ser reconhecidos como “deduções da receita bruta”.

Desta forma, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram alterados e estão sendo reapresentados para refletir: i) ajuste contábil na receita líquida; e, ii) ajuste contábil nas despesas com vendas.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	Reclassificação Contábil	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2018	Reclassificação Contábil	31 de dezembro de 2018
			(Reapresentado)			(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	1.948.484	(61.184)	1.887.300	1.951.337	(60.683)	1.890.654
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.427.465)		(1.427.465)	(1.436.949)		(1.436.949)
LUCRO BRUTO	521.019	(61.184)	459.835	514.388	(60.683)	453.705
Despesas com vendas	(338.432)	61.184	(277.248)	(336.909)	60.683	(276.226)
Despesas gerais e administrativas	(102.766)		(102.766)	(105.148)		(105.148)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.584		5.584	5.610		5.610
Resultado da equivalência patrimonial	(15.964)		(15.964)	(2.927)		(2.927)
	(451.578)		(390.394)	(439.374)		(378.691)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	69.441		69.441	75.014		75.014
Receitas financeiras	38.651		38.651	48.130		48.130
Despesas financeiras	(99.549)		(99.549)	(104.563)		(104.563)
Variação cambial, líquida	1.690		1.690	(8.348)		(8.348)
	(59.208)		(59.208)	(64.781)		(64.781)
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	10.233		10.233	10.233		10.233
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.373)		(7.373)	(7.373)		(7.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.321)		(3.321)	(3.321)		(3.321)
	(10.694)		(10.694)	(10.694)		(10.694)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(461)		2.183	(461)		(461)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$						
Básico	(0.0053)		0.0253	N/A		N/A
Diluído	(0.0053)		0.0252	N/A		N/A

Essa reclassificação não impactou o lucro líquido, individual e consolidado, da Companhia.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Bancos	15.270	15.562	29.911	49.854
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	375.547	341.330	430.803	343.494
	390.817	356.892	460.714	393.348

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações financeiras correspondem a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 94,22% (97,53% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer	69.606	82.372	119.402	108.424
Vencidos até 30 dias	61.676	43.540	62.138	58.405
Vencidos de 31 a 60 dias	10.790	4.688	10.940	5.541
Vencidos de 61 a 90 dias	7.357	5.044	7.517	5.685
Vencidos de 91 a 180 dias	13.042	32.163	14.168	32.865
Vencidos de 181 a 360 dias	5.322	15.466	6.549	15.466
Vencidos há mais de 361 dias	80.126	49.706	81.207	49.706
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.390)	(38.808)	(41.390)	(38.808)
(-) Ajuste a valor presente	(1.691)	(1.687)	(1.819)	(1.974)
	204.838	192.484	258.712	235.310
Circulante	204.769	192.456	258.642	235.282
Não Circulante	69	28	70	28

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos deve-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 53.754 (R\$ 61.610 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos esperada substancialmente através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 41.390 (R\$ 38.808 em 31 de dezembro de 2018).

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 67% do montante a receber em 31 de dezembro de 2019 e cerca de 64% em 31 de dezembro de 2018.

O período médio de recebimento é de 97 dias, em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Materiais	249.657	308.165	286.449	351.624
Produtos acabados	172.645	169.122	182.143	182.883
Importações em andamento	16.096	20.211	19.810	22.356
Adiantamentos a fornecedores	52.745	29.460	60.780	34.490
Provisão para perdas com estoques	(52.837)	(54.149)	(54.760)	(56.627)
	438.306	472.809	494.422	534.726

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
ICMS	113.207	119.638	117.269	124.270
IPI	24.575	16.011	24.795	16.070
PIS	3.601	4.432	3.620	4.521
COFINS	15.922	20.115	16.014	20.451
Contribuição social	3.645	2.495	4.197	2.545
Imposto de renda	31.221	24.843	32.592	25.131
Outros impostos a recuperar	11.799	11.380	12.224	11.964
	203.970	198.914	210.711	204.952
Parcela no circulante	117.902	123.428	124.615	129.445
Parcela no não circulante	86.068	75.486	86.096	75.507

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira é reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda é a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

- (ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;
- (iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM;

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro 2019 a Companhia registrou o montante de R\$ 190.101 (R\$ 215.450 em 31 de dezembro de 2018), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 8.344 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 9.346 em 31 de dezembro de 2018). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 16.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024.

Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.

Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento. A partir de 01 de abril de 2020, entrarão em vigor as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019 que revogou a redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com PPB - Processo Produtivo Básico e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Despesas antecipadas (a)	20.416	14.829	20.621	14.986
Depósitos judiciais (b)	64.873	57.433	64.976	57.530
Juros a apropriar	8.948	9.747	9.062	9.863
Outros	17.340	4.279	17.687	6.231
	111.577	86.288	112.346	88.610
Parcela circulante	52.004	34.124	52.457	36.349
Parcela não circulante	59.573	52.164	59.889	52.261

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda, publicidade e pesquisa e desenvolvimento no montante de R\$ 17.277 (R\$ 11.742 em 31 de dezembro de 2018), registrados na conta de despesa antecipada. A Administração considera que a realização será em período inferior a doze meses.
- (b) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 52.031 visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para Pis e Cofins, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia a probabilidade de perda nesse processo é remota.

12. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

	Controladora											
	Ativo			Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços				
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018			
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	611	529	(a)	1	54	(f)	991	676	(a)	234	648	(f)
Positivo Educacional Ltda.	-	-		-	-		826	397	(a)	112	272	(i)
Editora Positivo Ltda.	397	402	(a/c)	337	276	(d)	292	1.893	(a/c)	967	1.283	(d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	116	116	(a)	-	-		280	94	(a)	7	-	(b)
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-		425	425	(e)	-	-		5.100	5.100	(e)
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	-	-		4.246	4.245	(j)	-	-		-	-	
Boreo Com. de Equipamentos Ltda	3.869	3.869	(j)	-	-		-	-		-	-	
Informática Figueira S.A.	208	208	(k)	-	-		-	8	(k)	-	-	
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-		536	536		-	-		-	-	
Crounal S.A.	-	-		294	322	(h)	-	-		-	-	
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	(l)	-	-		-	-		-	-	
Hi Technologies S.A.	7.413	6.794	(m)	-	-		-	-		-	-	
PBG Uruguay S.A.	89	89	(g)	-	-		-	-		-	-	
Boreo Indústria de Componentes Ltda	16.546	16.346	(g)	-	-		4.096	26.064	(g)	210.568	213.320	(h)
Positivo Distrib. de Equip. de Inform. Ltda	-	34.862	(n)	4.339	-	(n)	18.128	40.665	(n)	5.584	-	(n)
	30.190	64.156		10.178	5.858		24.613	69.797		222.572	220.623	

	Consolidado											
	Ativo			Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços				
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018			
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	611	529	(a)	1	54	(f)	991	676	(a)	234	648	(f)
Positivo Educacional Ltda.	-	-		-	-		826	397	(a)	112	272	(i)
Editora Positivo Ltda.	397	402	(a/c)	337	276	(d)	292	1.893	(a/c)	967	1.283	(d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	116	116	(a)	-	-		280	94	(a)	7	-	(b)
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-		425	425	(e)	-	-		5.100	5.100	(e)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	(l)	-	-		-	-		-	-	
PBG Rwanda Limited	-	-		-	-		-	530	(g)	-	-	
Hi Technologies S.A.	7.413	6.794	(m)	-	-	-	-	-		-	-	
PBG Uruguay S.A.	4.123	7.910	(g)	-	-		-	-		-	-	
Informática Figueira S.A.	4.578	4.411	(k)	-	-		-	8	(k)	-	-	
Sócios não controladores ACC Brasil Ind E Com.	2.199	-	(o)	5.943	5.500	(o)	-	-		-	-	
	20.378	21.103		6.706	6.255		2.389	3.598		6.420	7.303	

Parcela no circulante	20.378	21.103		763	755							
Parcela no não circulante	-	-		5.943	5.500							

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos pactuados entre as partes.

(a) Vendas de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Refere-se às compras de produtos e serviços gráficos realizadas pela Companhia.

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Tecnologia S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo", "Portal Aprende Brasil" e a plataforma multimídia denominada "Positivo Digital" aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como acesso a livros digitais aos clientes da área de ensino particular e o fornecimento de acesso a conteúdos digitais através de endereços eletrônicos inseridos nos livros impressos.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" e livros digitais para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 425. O valor é reajustado anualmente, por índice IGP-M previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Venda de insumos

A Companhia e suas controladas realizam vendas de insumos para produção para suas controladas e controladas em conjunto.

(h) Compra de insumos

A Companhia efetua compra de insumos das suas controladas para posterior utilização em seu processo produtivo.

(i) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda.. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de

Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

- (j) Conta corrente – Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.

- (k) Informática Fueguina S.A.

Os saldos em aberto são oriundos de operações mercantis de compra e venda de insumos para produção, respeitando os prazos estabelecidos em cada operação.

- (l) Serviços de desenvolvimento

Refere-se a contratação de serviços de desenvolvimento de softwares e aplicativos utilizados na produção, comercialização e em melhorias operacionais.

- (m) Desenvolvimento de sistemas e tecnologia na área da saúde

Refere-se a contratação de serviços técnicos de desenvolvimento de softwares, hardwares, aplicativos e equipamentos voltados para a área médica.

Adicionalmente a Companhia realizou empréstimos no montante de R\$ 6.100 à Hi Technologies S.A., operações regulamentadas por contratos de mútuo, com taxa de juros anual de 150% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

- (n) Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.

A Companhia efetua venda de produtos acabados para a controlada para posterior revenda a clientes. A Companhia também adquire produtos da controlada para posterior revenda.

- (o) Sócios não controladores – ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

O saldo passivo refere-se ao à captação de recursos realizados pela empresa junto aos sócios. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2020 a 2024. Os valores são atualizados pela variação positiva do IGP-M.

O saldo ativo é referente a destruição antecipada de lucro que ocorreu durante o exercício de 2019.

Remuneração da administração

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 7.269 (R\$ 7.337 em 31 de dezembro de 2018), referente a benefícios de curto e longo prazo (pagamento baseado em ações – Stock Options). A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2019 aprovou para o exercício de 2019, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 10.584 (R\$ 10.183 em 2018).

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS, E OUTROS INVESTIMENTOS

CONTROLADAS

		Saldo em 31/12/2018	Transferência	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Investimentos							
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	(a)	20.205	-	-	17.074	(88)	37.191
Crounal S.A.	(b)	51.934	-	-	9.187	2.286	63.407
Portal Mundo Positivo Ltda.	(c)	685	-	-	-	-	685
Positivo Argentina S.R.L.	(d)	1.530	-	-	(1.144)	(231)	155
Positivo Distrib. de Equip. de Inform. Ltda.	(e)	-	(2.341)	25.000	(4.203)	-	18.456
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(f)	14.000	-	7.700	8.139	-	29.839
		88.354	(2.341)	32.700	29.053	1.967	149.733

		Saldo em 31/12/2018	Transferência	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Provisão para passivo a descoberto					
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	(g)	(1.105)	-	(713)	(1.818)
Positivo Distrib. de Equip. de Inform. Ltda.	(e)	(2.341)	2.341	-	-
		(3.446)	2.341	(713)	(1.818)

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2019					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	82.192	45.001	37.191	-	17.074
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	72.976	9.569	63.407	31.577	9.187
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	114	3.826	(3.712)	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	58.643	60.461	(1.818)	5.170	(713)
Positivo Argentina S.R.L.	6.241	6.086	155	4.957	(1.144)
Positivo Distribuidora de Equip. de Informática Ltda.	29.471	11.015	18.456	24.830	(4.203)
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	(h) 79.345	55.776	23.569	152.795	20.201
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	29.839	-	29.839	-	-
31 de dezembro de 2018					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	50.270	30.065	20.205	-	1.987
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	60.547	8.613	51.934	20.375	5.624
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	114	3.826	(3.712)	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	61.525	62.630	(1.105)	178.929	(12.371)
Positivo Argentina S.R.L.	1.530	-	1.530	-	-
Positivo Distribuidora de Equip. de Informática Ltda.	34.136	36.477	(2.341)	16.764	(2.441)
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	30.416	26.743	3.673	-	-
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	14.000	-	14.000	-	-

(a) Positivo Smart Tecnologia Ltda.

Em 8 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Smart Tecnologia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, essa controlada realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda..

(b) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora. Em fevereiro de 2017 a Companhia efetuou o aumento de capital social desta controlada, integralizando em espécie o montante de R\$ 20.935.

(c) Portal Mundo Positivo Ltda.

Em 9 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo

Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda. sem pagamento de ágio na aquisição. Com a incorporação da Positivo Informática da Amazônia Ltda. a Companhia passou a deter a integralidade do investimento nesta sociedade.

(d) Positivo Argentina S.R.L.

Em setembro de 2017, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L., com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina e capital social integralizado no montante de R\$ 1.500. A controlada tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação.

(e) Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.

Em julho de 2018, teve início de operações da controlada direta Positivo Distribuidora de Equipamentos Ltda., com sede na cidade de Curitiba-PR e com capital social integralizado no montante de R\$ 100. A controlada tem como atividade principal a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação. Em maio 2019 foi realizado o aumento do capital social no montante de R\$ 25.000, sendo utilizados créditos que a Companhia detinha com a controlada.

(f) Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes.

Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu na cidade de São Paulo - SP um Fundo de Investimento em Participações (F.I.P.), que tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas. O capital inicial aportado foi no montante de R\$ 14.000. Em dezembro de 2019 foi realizado um novo aporte de capital no montante de R\$ 9.160, sendo que R\$ 7.700 foram aportados pela Companhia, e R\$ 1.460 por sua controlada direta Boreo Indústria de Componentes Ltda.

(g) Boreo Indústria de Componentes Ltda.

Constituída em 25 de janeiro de 2017 a controlada tem sede na cidade Manaus - AM, possui capital social no valor de R\$ 15.000 e tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.

(h) ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de storages, servidores e computadores.

Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e Mais Valia referente a ativos intangíveis nos montantes de R\$ 28.937 e R\$ 15.523 respectivamente. Os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa 5.

COLIGADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

Coligada	Controladora		
	Saldo em 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Hi Technologies Holding Ltd (a)	8.303	(2.505)	5.798
	8.303	(2.505)	5.798

Coligadas e outros investimentos	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Aporte de Capital	Ganho no valor justo	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Hi Technologies Holding Ltd	(a) 8.303	-	-	(2.505)	5.798
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(b) -	3.000	7.416	-	10.416
Agrosmart S.A.	(c) -	9.600	1.503	-	11.103
	8.303	12.600	8.919	(2.505)	27.317

(a) Hi Technologies Holding Ltd.

Em 25 de junho de 2018 a Companhia constituiu a coligada Hi Technologies Holding Ltd., com sede nas Ilhas Cayman. A companhia transferiu o total de suas ações na controlada em conjunto Hi Technologies S.A. para a Hi Technologies Holding Ltd., em troca de uma participação de 30,07% no total de ações dessa investida.

(b) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech)

Em 20 de fevereiro de 2019 a controlada direta Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes integralizou capital no montante de R\$ 3.000 nessa investida. A @Tech é uma empresa constituída em agosto de 2013 que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte.

(c) Agrosmart S.A.

Em 21 de fevereiro de 2019 a controlada direta Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes integralizou capital no montante de R\$ 9.600 nessa investida. A Agrosmart S.A. é uma empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital.

A participação em coligadas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

14. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")**a) Controladora**

Empreendimento controlado em conjunto	Saldo em 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Informática Fuegoína S.A. (a)	6.927	(7.207)	280	-
	6.927	(7.207)	280	-

	Saldo em 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
<u>Provisão para passivo a descoberto</u>			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(460)	1	(459)
	(460)	1	(459)

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2019
<u>Empreendimento controlado em conjunto</u>					
Informática Figueira S.A. (a)	6.927	-	(7.207)	280	-
PBG Rwanda Limited (c)	5.243	-	(481)	(88)	4.674
PBG Uruguay S.A. (d)	27.614	3.193	8.144	2.491	41.442
	39.784	3.193	456	2.683	46.116

	Saldo em 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
<u>Provisão para passivo a descoberto</u>			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(460)	1	(459)
	(460)	1	(459)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

(a) Informática Figueira S.A.

Em 3 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma "Joint venture" com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima ("BGH"), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática ("desktops", "notebooks", "all-in-ones", "e-books" e "tablets") na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da "joint venture", a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Figueira S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

A partir de julho de 2018 a economia argentina passou a ser hiperinflacionária. A companhia avaliou os impactos e até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 registrou o montante de R\$ 1.722 referente a correção monetária de bens do ativo imobilizado sob a alínea de ajuste de avaliação patrimonial.

(b) BR Code Desenvolvimento de Software S.A.

Em 23 de maio de 2014, a Companhia adquiriu integralmente a empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social o desenvolvimento de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização e softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, junto ao grupo BORQS, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture").

(c) PBG Rwanda Limited

Em 10 de outubro de 2014, a Companhia através da controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. A controlada em conjunto celebrou, em 15 de novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local.

(d) PBG Uruguay S.A.

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia através da controlada Crounal S.A. realizou a subscrição de 50% das ações da trading PBG Uruguay S.A. Em 2019 a Crounal S.A. integralizou capital social no montante de US\$ 1.000 (R\$ 3.193), utilizando créditos que detinha com a controlada.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2019					
Informática Fuegoína S.A.	13.317	18.310	(4.993)	17.897	(10.618)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	152	611	(459)	-	1
PBG Rwanda Limited	6.454	1.780	4.674	20.311	(481)
PBG Uruguay S.A.	57.968	16.526	41.442	75.971	8.144
31 de dezembro de 2018					
Informática Fuegoína S.A.	34.709	27.782	6.927	41.334	(6.796)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	150	610	(460)	-	(1)
PBG Rwanda Limited	9.403	4.160	5.243	16.537	1.903
PBG Uruguay S.A.	40.041	12.427	27.614	41.406	3.933

15. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Baixa	31/12/2019
Custo							
Máquinas e equipamentos		60.185	189	60.374	1.004	(26.044)	35.334
Benfeitorias s/ imóvel locado		23.273	131	23.404	287	(5.676)	18.015
Hardware		38.235	1.189	39.424	1.391	(36.169)	4.646
Móveis e utensílios		8.168	190	8.358	61	(5.071)	3.348
Instalações industriais		30.699	1.509	32.208	784	(4.252)	28.740
Edificações		2.000	-	2.000	-	-	2.000
Direito de uso		(a) -	-	-	45.312	-	45.312
Outros imobilizados		1.433	-	1.433	134	(81)	1.486
		163.993	3.208	167.201	48.973	(77.293)	138.881
Depreciação							
Máquinas e equipamentos		(47.973)	(3.438)	(51.411)	(2.543)	26.044	(27.910)
Benfeitorias s/ imóvel locado		(14.050)	(1.815)	(15.865)	(1.739)	5.676	(11.928)
Hardware		(36.472)	(1.618)	(38.090)	(992)	36.169	(2.913)
Móveis e utensílios		(6.377)	(448)	(6.825)	(348)	5.071	(2.102)
Instalações industriais		(9.157)	(2.292)	(11.449)	(2.239)	4.252	(9.436)
Edificações		(467)	-	(467)	-	-	(467)
Direito de uso		(a) -	-	-	(7.552)	-	(7.552)
Outros imobilizados		(94)	(17)	(111)	(5)	81	(35)
		(114.590)	(9.628)	(124.218)	(15.418)	77.293	(62.343)
Valor líquido		49.403	(6.420)	42.983	33.555	-	76.538

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Baixa	31/12/2019
Custo						
Máquinas e equipamentos	60.314	485	60.799	1.969	(26.044)	36.724
Benfeitorias s/ imóvel locado	24.090	276	24.366	489	(5.676)	19.179
Hardware	38.235	1.300	39.535	1.505	(36.169)	4.871
Móveis e utensílios	8.430	277	8.707	60	(5.071)	3.696
Instalações industriais	37.584	2.101	39.685	921	(4.252)	36.354
Edificações	2.000	-	2.000	-	-	2.000
Direito de uso (a)	-	-	-	50.033	-	50.033
Outros imobilizados	1.433	-	1.433	134	(81)	1.486
	<u>172.086</u>	<u>4.439</u>	<u>176.525</u>	<u>55.111</u>	<u>(77.293)</u>	<u>154.343</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	(47.977)	(3.580)	(51.557)	(2.572)	26.044	(28.085)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(14.088)	(1.986)	(16.074)	(1.826)	5.676	(12.224)
Hardware	(36.472)	(1.628)	(38.100)	(1.022)	36.169	(2.953)
Móveis e utensílios	(6.387)	(556)	(6.943)	(375)	5.071	(2.247)
Instalações industriais	(9.509)	(3.018)	(12.527)	(2.999)	4.252	(11.274)
Edificações	(467)	-	(467)	-	-	(467)
Direito de uso (a)	-	-	-	(8.339)	-	(8.339)
Outros imobilizados	(94)	(17)	(111)	(6)	81	(36)
	<u>(114.994)</u>	<u>(10.785)</u>	<u>(125.779)</u>	<u>(17.139)</u>	<u>77.293</u>	<u>(65.625)</u>
Valor líquido	<u>57.092</u>	<u>(6.346)</u>	<u>50.746</u>	<u>37.972</u>	<u>-</u>	<u>88.718</u>

Durante o exercício de 2019 a companhia realizou a baixa de bens totalmente depreciados.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

a) Direito de uso

Política Contábil

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC – 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, que determina que todos os contratos de arrendamento mercantil e suas correspondentes obrigações devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. O valor do ativo de direito de uso deve ser depreciado ao longo da vida útil estimada (vigência do contrato) e cessado quando do ajuste por redução ao valor recuperável, ou quando ocorrer o cancelamento do contrato. Com a mudança na norma contábil a Companhia deixou de registrar a despesa com aluguel, e passou a incorrer em despesas de depreciação e de juros implícitos nos contratos.

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

Controladora				
Contrato	Arrendatária	Ativo Reconhecido	Depr. Acumulada	Valor Líquido
1	Positivo Tecnologia S.A.	24.725	(4.121)	20.604
2	Positivo Tecnologia S.A.	20.587	(3.431)	17.156
		45.312	(7.552)	37.760

Consolidado				
Contrato	Arrendatária	Ativo Reconhecido	Depr. Acumulada	Valor Líquido
1	Positivo Tecnologia S.A.	24.725	(4.121)	20.604
2	Positivo Tecnologia S.A.	20.587	(3.431)	17.156
3	Boreo Industria de Componentes Ltda.	4.721	(787)	3.934
		50.033	(8.339)	41.694

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Controladora						
Contrato	Arrendatária	Passivo Reconhecido	Pgto. Principal	Pagto. de juros	Juros incorridos	Saldo final
1	Positivo Tecnologia S.A.	24.725	(3.410)	(1.690)	1.690	21.315
2	Positivo Tecnologia S.A.	20.587	(2.839)	(1.407)	1.407	17.748
		45.312	(6.249)	(3.097)	3.097	39.063
	Circulante					6.720
	Não circulante					32.343

Consolidado						
Contrato	Arrendatária	Passivo Reconhecido	Pgto. Principal	Pagto. de juros	Juros incorridos	Saldo final
1	Positivo Tecnologia S.A.	24.725	(3.410)	(1.690)	1.690	21.315
2	Positivo Tecnologia S.A.	20.587	(2.839)	(1.407)	1.407	17.748
3	Boreo Industria de Componentes Ltda.	4.721	(651)	(323)	323	4.070
		50.033	(6.900)	(3.420)	3.420	43.133
	Circulante					7.420
	Não circulante					35.713

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos utilizando a sua taxa incremental de empréstimos em 1º de janeiro de 2019. A taxa média aplicada foi de 7,54% para todos os contratos.

A Companhia apresenta no quadro abaixo o cronograma de vencimento das parcelas do longo prazo:

31 de dezembro de 2019		
Ano	Controladora	Consolidado
2021	7.227	7.980
2022	7.772	8.581
2023	8.357	9.228
2024	8.987	9.924
	32.343	35.713

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Os saldos não descontados e os saldos descontados a valor presente são:

Controladora				
Contrato	Arrendatária	Contraprestação	Nominal	Valor Presente
1	Positivo Tecnologia S.A.	25.500	2.359	1.972
2	Positivo Tecnologia S.A.	21.240	1.965	1.642
		46.740	4.324	3.614

Consolidado				
Contrato	Arrendatária	Contraprestação	Nominal	Valor Presente
1	Positivo Tecnologia S.A.	25.500	2.359	1.972
2	Positivo Tecnologia S.A.	20.587	1.965	1.642
3	Boreo Industria de Componentes Ltda.	4.860	450	376
		50.947	4.774	3.990

16. INTANGÍVEL

Controladora						
	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Transf/Baixa	31/12/2019
Custo						
Projetos de desenvolvimento (a)	246.133	12.095	258.228	21.558	(149.153)	130.633
Projetos sistema - ERP	46.129	-	46.129	-	(46.129)	-
Software	21.875	1.891	23.766	2.582	(18.890)	7.458
Licenças de uso	3.263	-	3.263	-	(3.256)	7
	<u>317.400</u>	<u>13.986</u>	<u>331.386</u>	<u>24.140</u>	<u>(217.428)</u>	<u>138.098</u>
Amortização						
Projetos de desenvolvimento	(201.941)	(17.020)	(218.961)	(16.999)	149.153	(86.807)
Projetos sistema - ERP	(46.024)	(105)	(46.129)	-	46.129	-
Software	(18.278)	(2.318)	(20.596)	(2.096)	18.890	(3.802)
Licenças de uso	(3.229)	(30)	(3.259)	(1)	3.256	(4)
	<u>(269.472)</u>	<u>(19.473)</u>	<u>(288.945)</u>	<u>(19.096)</u>	<u>217.428</u>	<u>(90.613)</u>
Valor líquido	47.928	(5.487)	42.441	5.044	-	47.485

Consolidado						
	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Transf/Baixa	31/12/2019
Custo						
Projetos de desenvolvimento (a)	247.832	12.095	259.927	21.558	(149.153)	132.332
Projetos sistema - ERP	46.129	-	46.129	-	(46.129)	-
Software	21.957	2.172	24.129	2.594	(18.890)	7.833
Licenças de uso	3.263	5	3.268	-	(3.256)	12
Mais valia Investimentos (b)	-	-	-	19.403	-	19.403
Ágio em controlada (b)	14.173	22.577	36.750	6.359	-	43.109
	<u>333.354</u>	<u>36.849</u>	<u>370.203</u>	<u>49.914</u>	<u>(217.428)</u>	<u>202.689</u>
Amortização						
Projetos de desenvolvimento	(203.640)	(17.020)	(220.660)	(16.999)	149.153	(88.506)
Projetos sistema - ERP	(46.024)	(105)	(46.129)	-	46.129	-
Software	(18.291)	(2.448)	(20.739)	(2.182)	18.890	(4.031)
Licenças de uso	(3.229)	(30)	(3.259)	(1)	3.256	(4)
Mais valia Investimentos	-	-	-	(5.010)	-	(5.010)
	<u>(271.184)</u>	<u>(19.603)</u>	<u>(290.787)</u>	<u>(24.192)</u>	<u>217.428</u>	<u>(97.551)</u>
Valor líquido	62.170	17.246	79.416	25.722	-	105.138

Durante o exercício de 2019 a companhia realizou a baixa de bens totalmente amortizados.

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006. Em Manaus a legislação básica vigente é a Lei de Informática na Amazônia, nº 8.387/1991, regulamentada pelo Decreto nº 6.008/2006 e alterada pela MP nº 810/2017.

A partir de 01 de abril de 2020 entrarão em vigor as alterações legislativas promovidas pela Lei nº 13.969/2019 que revogou a redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com PPB – Processo Produtivo Básico e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de

desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo de 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2029, para certos NCMs.

A obrigação de investimentos para o exercício de 2019 é de R\$ 52.998. De janeiro a dezembro de 2019 foram investidos R\$ 50.130 e a totalidade da obrigação pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2020. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens, e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível, despesa no resultado do exercício e capitalização de um fundo de investimento em participações (nota 13.f) nos valores de R\$ 11.697, R\$ 30.733 e R\$ 7.700 respectivamente. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em até 4 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

(b) **Ágio e Mais Valia**

Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 14,55% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R\$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida no valor de R\$ 28.937 e R\$ 15.253 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 8,77%. Maiores detalhes dessa operação estão descritos na nota explicativa n.º 5.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores - mercado externo	117.792	162.964	160.060	213.391
Fornecedores - mercado interno	123.937	152.647	143.046	171.936
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	35.463	34.097	35.464	34.097
Variação cambial fornecedor	(6.026)	380	(6.502)	144
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(963)	(2.529)	(1.083)	(2.870)
	270.203	347.559	330.985	416.698

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 101 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

18. FORNECEDORES CONVÊNIO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o saldo de R\$ 52.979 (R\$ 32.562 em 31 de dezembro de 2018) referente a operações estruturadas com seus fornecedores denominadas "forfaiting". As operações de "forfaiting" possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, utilizando linhas de crédito da Companhia, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse período. A administração entende que essa transação tem natureza específica e classificada separadamente da conta "Fornecedores".

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao custo amortizado	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em %	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo Circulante		CDI						
Capital de Giro	6,00+VC	139,98%	18/07/2019	Nota promissória	-	39.788	-	39.788
Capital de Giro	4,05+VC	112,80%	27/08/2019	Nota promissória	-	36.900	-	36.900
Capital de Giro	6,07+VC	139,90%	18/11/2019	Nota promissória	-	208.290	-	208.290
Capital de Giro	0,16+VC	145,00%	13/01/2020	Nota promissória	40.635	-	40.635	-
Capital de Giro	1,41+VC	136,15%	17/07/2020	Nota promissória	49.232	-	49.232	-
Capital de Giro	1,46+VC	130,00%	21/08/2020	Nota promissória	40.526	-	40.526	-
Capital de Giro	1,85+VC	147,00%	31/08/2020	Nota promissória	19.741	-	19.741	-
Capital de Giro	1,53+VC	140,00%	20/08/2020	Nota promissória	12.476	-	12.476	-
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	12/11/2020	Nota promissória	164.535	-	164.535	-
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	18/02/2020	Nota promissória	9.731	-	9.731	-
Capital de Giro	0	152,45%	20/05/2020	Nota promissória	9.731	-	9.731	-
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	20/08/2020	Nota promissória	9.732	-	9.732	-
Capital de Giro	4,26+VC	156,94%	27/11/2020	Nota promissória	16.172	-	16.172	-
Capital de Giro	4,69+VC	155,10%	30/11/2020	Nota promissória	14.501	-	14.501	-
Capital de Giro	4,05+VC	181,82%	17/12/2020	Nota promissória	40.312	-	40.312	-
Capital de Giro	2,04+CDI	-	19/12/2019	Nota promissória	-	4.221	-	4.221
Capital de Giro	2,66 + CDI	-	29/03/2022	Nota promissória	5.132	4.630	5.132	4.630
Capital de Giro	135%CDI	-	20/08/2021	Nota promissória	10.023	10.045	10.023	10.045
Capital de Giro	130,20%CDI+0,14%	-	14/02/2019	Nota promissória	-	72.333	-	72.333
Capital de Giro	145,00%CDI	-	28/01/2020	Nota promissória	25.782	-	25.782	-
Capital de Giro	143,80%CDI	-	14/02/2020	Nota promissória	35.992	-	35.992	-
Capital de Giro	0,75+VC	134,50%	04/05/2020	Nota promissória	-	4.052	-	4.052
Capital de Giro	0,75+VC	155,00%	20/01/2020	Nota promissória	-	-	2.085	-
Capital de Giro	6,67	-	Até 17/01/2020	Duplicatas a receber	-	-	42.091	-
FINEP	5%+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	9.969	8.081	9.969	8.081
BNDES	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta Fiança	12.189	27.099	12.189	27.099
FINIMP	4,87 +VC	119,55%	20/05/2019	Nota promissória	-	29.255	-	29.255
FINIMP	4,87 +VC	113,90%	03/06/2019	Nota promissória	-	24.165	-	24.165
FINIMP	5,53 + VC	111,70%	26/09/2019	Nota promissória	-	38.933	-	38.933
FINIMP	5,23 + VC	125,00%	25/10/2019	Nota promissória	-	15.694	-	15.694
FINIMP	3,00+VC	143,00%	28/08/2020	Nota promissória	18.723	-	18.723	-
FINIMP	4,30+VC	-	25/11/2020	Nota promissória	8.366	-	8.366	-
Arrendamento mercantil financeiro	3,80%+CDI	-	Até 02/2018	Alienação Fiduciária	-	-	-	-
					553.500	519.434	601.728	519.434
Passivo não circulante								
BNDES	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta fiança	11.853	23.710	11.853	23.710
Capital de Giro	2,66 + CDI	-	29/03/2022	Nota promissória	5.231	9.294	5.231	9.294
Capital de Giro	135%CDI	135%	20/08/2021	Nota promissória	6.667	16.667	6.667	16.667
FINEP	(a) 3,00+TR	-	15/12/2028	Carta fiança	11.751	-	11.751	-
FINEP	(a) 10,50+TR	-	15/12/2028	Carta fiança	33.317	-	33.317	-
FINEP	(a) 5,00+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	41.577	41.130	41.577	41.130
					110.396	90.801	110.396	90.801
Total de empréstimos					663.896	610.235	712.124	610.235

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

(a) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP um contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos serão aplicados nos mesmos planos e projetos citados acima, os valores serão captados em parcelas até o final do exercício de 2021. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram captados R\$ 45.068 referentes a essa linha de crédito.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
Ano	Controladora e consolidado	Ano	Controladora e consolidado
2021	32.495	2020	33.868
2022	16.869	2021	30.529
2023	15.748	2022	8.642
2024	15.675	2023	7.571
2025	10.979	2024	6.406
Acima de 2025	18.630	Acima de 2024	3.785
Total	110.396	Total	90.801

20. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	43.254	39.388	46.568	42.393
Provisão para VPC	(b)	11.702	9.274	11.774	9.274
Provisão para comissões	(c)	8.688	6.248	10.152	6.400
Provisão para rebate	(d)	2.205	914	2.154	914
Provisão para royalties	(e)	3.047	2.257	3.197	2.257
Provisão para investimento em P&D	(f)	5.053	8.493	9.057	12.174
Outras provisões		2.158	1.509	3.461	1.653
		76.107	68.083	86.363	75.065
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	19.322	14.060	19.322	14.060
		95.429	82.143	105.685	89.125

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

(e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

(f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os valores provisionados são calculados aplicando o percentual médio do faturamento a ser investido nesses projetos sobre a receita bruta de vendas.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
PIS E COFINS	9.171	5.573	10.411	7.219
IRPJ E CSLL	332	231	350	2.321
INSS	2.581	2.627	2.780	2.838
IRRF E CSRF	2.385	2.334	2.513	2.392
IPI	324	1.405	659	2.155
ICMS	4.316	1.691	5.031	1.321
Outros impostos e contribuições	1.659	2.697	2.291	3.317
	20.768	16.558	24.035	21.563

22. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 10. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de receita diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 16.a.

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Adiantamento de clientes	(a)	-	1.475	2.038	2.230
Receita antecipada	(b)	1.863	2.452	1.971	2.594
Contas a pagar por aquisição de controlada	(c)	-	-	42.139	26.250
Contas a pagar		4.169	5.329	5.296	6.793
		6.032	9.256	51.444	37.867
Circulante		4.757	6.371	22.309	13.874
Não Circulante		1.275	2.885	29.135	23.993

- a) Representa os valores recebidos de clientes a título de adiantamento. As mercadorias objetos desses adiantamentos serão entregues em meses posteriores, onde haverá o reconhecimento da respectiva receita.
- b) A Companhia celebrou um contrato com uma instituição financeira garantindo exclusividade no que diz respeito ao processamento da folha de pagamento, ações de publicidade de produtos e serviços bancários, instalação e manutenção de estruturas de atendimento. A Companhia recebeu o valor pactuado à vista, e a receita será apropriada ao resultado de acordo com a vigência do contrato.
- c) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. A dívida é atualizada pelo IGP-M, e de acordo com as cláusulas contratuais e possui o seguinte cronograma de liquidação:

Consolidado	
Ano	Valor R\$
2020	14.353
2021	8.021
2022	6.689
2023	6.535
2024	6.541
	<u>42.139</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresentando a seguinte composição:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	21.275	18.172	22.402	19.194
Estoques obsoletos	17.965	18.411	18.618	19.253
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	11.965	12.600	11.965	12.600
Ajuste a valor presente	(248)	286	(248)	286
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14.073	13.195	14.073	13.195
Provisão para comissões	2.954	6.466	3.452	6.441
Rebate	750	311	732	311
Provisão para VPC	3.979	3.153	4.003	3.153
Provisão para investimento em P&D	1.880	2.888	1.880	2.888
Projetos de desenvolvimento de produtos	(14.901)	(13.351)	(14.901)	(13.351)
Mais valia na aquisição de investimentos	-	-	(4.894)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	391.133	388.083	390.780	393.067
Diferido não contabilizado	(389.285)	(386.804)	(387.566)	(392.293)
	<u>61.540</u>	<u>63.410</u>	<u>60.296</u>	<u>64.744</u>

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, lucros tributáveis nas empresas controladas em conjunto no exterior, decisão da Administração de distribuir dividendos no Brasil utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, decorrente das mudanças na legislação e da reorganização societárias incorrida em 2015, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Controladora							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Imposto de renda	2.205	6.226	7.662	9.029	9.778	10.227	91	45.218
Contribuição social	796	2.246	2.764	3.257	3.527	3.700	32	16.322
Total	3.001	8.472	10.426	12.286	13.305	13.927	123	61.540

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro e/ou prejuízo líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.592	10.233	28.280	10.233
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.681)	(3.479)	(9.615)	(3.479)
Exclusão equivalência patrimonial	6.334	(5.428)	(696)	(995)
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	2.241	(8.652)	2.241	(922)
Arrendamento mercantil	(443)	-	(710)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(8.970)	4.398	(1.038)	(7.765)
IRPJ/CSLL apurados	(8.519)	(13.161)	(9.818)	(13.161)
Incentivo fiscal P&D	2.386	2.467	2.386	2.467
Despesa contabilizada	(6.133)	(10.694)	(7.432)	(10.694)
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(4.263)	(7.373)	(7.266)	(7.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.870)	(3.321)	(166)	(3.321)
	(6.133)	(10.694)	(7.432)	(10.694)

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora e Consolidado			
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.364	12.649	18.466	38.479
Provisões reconhecidas	423	2.334	1.747	4.504
Reversões / Reduções por pagamentos	(2.078)	(15)	(3.830)	(5.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.709	14.968	16.383	37.060
Provisões reconhecidas	2.778	1.483	2.816	7.077
Reversões / Reduções por pagamentos	(1.323)	(5.905)	(1.717)	(8.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.164	10.546	17.482	35.192
Circulante				4.592
Não Circulante				30.600

O montante registrado na controladora e consolidado, no passivo circulante é de R\$ 4.592 (R\$ 4.139 em 31 de dezembro de 2018) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 30.600 (R\$ 32.921 em 31 de dezembro de 2018).

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	323.078	312.767
Trabalhista		
Empregados (b)	1.892	3.028
Cíveis		
Órgão Público e Empresas Privadas (c)	78.927	63.354
Consumidor (c)	3.824	1.704
	407.721	380.853

(a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R\$ 283.581):

- (i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iv) ISS - Auto de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba que discute a incidência do imposto sobre serviços sobre a cessão do direito de uso do Portal Educacional, locação de bens móveis, licenças de uso de software de prateleira e imunidade sobre livro eletrônico.
- (v) PIS e COFINS – Processo fiscal discutindo a glosa de créditos extemporâneos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia sobre gastos com comissão, propaganda e assistência técnica.
- (vi) IRPJ – Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.

(b) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas. Não há processos individualmente relevantes.

(c) Cíveis

(i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 70.576):

Estado de Pernambuco – Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ação Ordinária tendo por objeto evitar a inscrição no SICAF, CADIN e similares, suspender exigibilidade das multas e anular penalidades (atrasos de chamados técnicos).

Prefeitura de São Paulo – Processo judicial que tem por objeto suspender a exigibilidade de multa administrativa por suposto atraso na entrega de equipamentos de informática a contratante.

- (ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97. Não há processos individualmente relevantes.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	Quantidade de ações (unidades)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Acionistas		
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	141.756	141.756
Ações em tesouraria	1.193.208	1.835.408
Ações em circulação	24.371.942	23.729.742
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 04 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 125.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladores diretos		
Hélio Bruck Rotenberg	13.418.619	13.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	3.806.207	3.806.207
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.806.206	3.806.206
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.806.206	3.806.206
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.540	4.139.540
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Reservas de Subvenção para investimentos (i)	118.305	118.305
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii)	985	812
	119.290	119.117

(i) Reservas de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações

para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 36.

(c) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	68.606	61.762
Reserva legal (ii)	81	81
	68.687	61.843

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 10, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

(d) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 4.557 de dividendos que serão pagos até o final do exercício de 2020.

(e) Apropriação do lucro/prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(f) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.193.208 de ações em tesouraria (1.835.408 em 31 de dezembro de 2018), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 10,48, no total de R\$ 12.501, em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição é de R\$ 19.229). Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 10,19 em 31 de dezembro de 2019 (preço da cotação na referida data), o efeito no patrimônio seria de uma redução de R\$ 342 (redução de R\$ 15.118 em 31 de dezembro de 2018).

(g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, os ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuariais, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge.

27. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita bruta da venda de produtos	1.896.458	2.097.359	2.160.829	2.104.828
Receita bruta de serviços prestados	65.016	49.992	66.858	49.992
Receita Bruta Total:	1.961.474	2.147.351	2.227.687	2.154.820
Menos:				
Impostos sobre vendas	(335.984)	(339.878)	(389.830)	(338.762)
Subvenção para investimento	190.101	215.450	212.036	211.118
Devoluções e abatimentos	(81.992)	(74.439)	(85.298)	(75.839)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(49.346)	(61.184)	(49.287)	(60.683)
Receita líquida	1.684.253	1.887.300	1.915.308	1.890.654

28. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.209.604	1.372.616	1.363.449	1.360.504
Despesas com pessoal	133.798	154.693	151.291	168.617
Despesas gerais	35.030	37.499	43.633	44.465
Despesa com serviços com terceiros	50.213	49.024	57.005	49.125
Despesa com comissões	25.751	31.365	33.588	30.386
Depreciação e amortização	35.950	29.733	44.334	32.586
Outras despesas operacionais líquidas	123.126	132.549	127.001	132.640
	1.613.472	1.807.479	1.820.301	1.818.323
Custo dos produtos vendidos	1.259.221	1.427.465	1.435.200	1.436.949
Despesas com vendas	249.952	277.248	277.006	276.226
Despesas gerais e administrativas	104.299	102.766	112.095	105.148
	1.613.472	1.807.479	1.820.301	1.818.323

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	906.127	479.184	1.385.311	951.918	555.678	1.507.596
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(688.371)	(370.970)	(1.059.341)	(734.061)	(411.624)	(1.145.685)
Lucro bruto	217.756	108.214	325.970	217.857	144.054	361.911
Despesas operacionais	(180.040)	(94.761)	(274.801)	(195.662)	(102.153)	(297.815)
Resultado antes do resultado financeiro	37.715	13.453	51.168	22.195	41.901	64.096
Resultado financeiro líquido	(25.788)	(30.926)	(56.714)	(33.955)	(28.074)	(62.029)
Lucro (Prejuízo) antes dos efeitos tributários	11.928	(17.473)	(5.546)	(11.760)	13.827	2.067
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(4.445)	-	(4.445)	-	(5.329)	(5.329)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	7.483	(17.473)	(9.991)	(11.760)	8.498	(3.262)

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita líquida de vendas		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.383.626	1.507.596
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	531.682	383.058
	1.915.308	1.890.654

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro (prejuízo) líquido do período		
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos reportáveis	(9.938)	(3.262)
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos não reportáveis	30.786	2.801
	20.848	(461)

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos		
Notebooks	684.126	870.733
Desktops	476.702	529.104
Tablets	14.885	5.719
Telefones Celulares	398.960	335.532
Conversores Digitais	-	51.203
Servidores e <i>Storages</i>	190.993	-
Outros	149.642	98.363
	1.915.308	1.890.654

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 39.611 de vendas no mercado externo (R\$ 22.044 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 35% da receita líquida total no exercício 2019.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	15.320	22.907	16.666	32.292
Rendimento aplicação financeira	10.061	10.236	10.476	10.329
Outras receitas financeiras	4.273	5.508	5.164	5.509
	29.654	38.651	32.306	48.130
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(65.537)	(56.731)	(68.393)	(57.138)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(14.313)	(23.681)	(16.323)	(27.976)
Imposto sobre operações financeiras	(1.076)	(1.527)	(1.086)	(1.535)
Multas contratuais	(2.875)	(1.103)	(2.875)	(1.103)
Outras despesas financeiras	(17.847)	(16.507)	(19.304)	(16.811)
	(101.648)	(99.549)	(107.981)	(104.563)
Total das receitas e despesas financeiras	(71.994)	(60.898)	(75.675)	(56.433)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	24.997	63.193	24.997	63.193
Perda na cobertura cambial	(14.747)	(24.449)	(14.747)	(24.449)
Ganho na variação cambial	17.318	32.429	21.545	35.575
Perda na variação cambial	(19.668)	(69.483)	(26.695)	(82.667)
	7.900	1.690	5.100	(8.348)
Resultado financeiro, líquido	(64.094)	(59.208)	(70.575)	(64.781)

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial ao longo do ano de 2019 consolidado:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
NDF / Opções		
(+) Saldo inicial	2.740	4.050
(+) (Perda)/Ganho reconhecido no resultado	10.250	38.744
(-) Saldo final	(4.654)	2.740
(=) Efeito caixa (Redução)/Aumento	17.644	40.054
Variação Cambial fornecedores		
(+) Saldo inicial	306	(9.790)
(+) Ganho (Perda) reconhecida no resultado	(5.150)	(47.092)
(-) Saldo final	5.840	306
(=) Efeito caixa - (Redução)/Ganho	(10.684)	(57.188)
(Perda) Ganho líquido reconhecido	5.100	(8.348)
Efeito líquido no caixa - (Redução)/Aumento	6.960	(17.134)

31. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	401.000	01/04/2019 a 01/04/2020
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	72.900	01/10/2019 a 30/09/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	4.516	06/06/2019 a 06/06/2022
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.458	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	13.198	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	114	13/01/2016 a 12/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	60.647	13/07/2017 a 13/07/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	677	07/08/2018 a 07/08/2021
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - Prestação de serviços	250	08/04/2019 a 07/04/2020
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais	420	17/04/2019 a 17/04/2020
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais	70.000	08/10/2019 a 19/06/2020

Os auditores independentes não avaliaram a suficiência dos montantes contratados para cobrir eventuais sinistros.

32. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	16.459	(461)
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.423	86.296
Lucro (prejuízo) por ação - Básico	0,1904	(0,0053)
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	16.459	(461)
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.472	86.807
Lucro (prejuízo) por ação - Diluído	0,1903	(0,0053)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) por ação diluído, como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.377)	(1.504)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	86.423	86.296
Diluído		
Número médio ponderado de de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.377)	(1.504)
Número médio ponderado de opções	49	511
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) diluído por ação	86.472	86.807

33. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

33.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado

(incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 17) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 19).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nas cotações futuras. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

31 de dezembro de 2019				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	890	3.588	1.202	4.843
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(36.527)	(147.229)	(46.896)	(189.022)
Empréstimos				
Dólares americanos	(71.893)	(289.778)	(71.893)	(289.778)
Euros (convertido para dólares americanos)	(40.845)	(164.635)	(42.368)	(170.772)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	71.893	289.778	71.893	289.778
Swap - Euros (convertido em dólares americanos)	40.845	164.635	42.368	170.772
NDF's - Dólares americanos	80.137	323.008	80.137	323.008
Exposição Líquida 1	44.500	179.367	34.443	138.829
Projetos de governo				
Dólares americanos	(9.797)	(39.489)	(9.797)	(39.489)
Exposição Líquida 2	34.703	139.878	24.646	99.340

31 de dezembro de 2018				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	510	1.975	569	2.203
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(50.955)	(197.441)	(63.909)	(247.633)
Empréstimos				
Dólares americanos	(92.231)	(357.377)	(92.231)	(357.377)
Euros (convertido em dólares americanos)	(9.523)	(36.900)	(9.523)	(36.900)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	92.231	357.377	92.231	357.377
Swap - Euros (convertido em dólares americanos)	9.523	36.900	9.523	36.900
NDF's - Dólares americanos	43.754	169.538	43.754	169.538
Opções de compra - Dólares americanos	3.558	13.787	3.558	13.787
Exposição Líquida 1	(3.133)	(12.141)	(16.028)	(62.105)
Projetos de governo				
Dólares americanos	(19.477)	(75.469)	(19.477)	(75.469)
Exposição Líquida 2	(22.610)	(87.610)	(35.505)	(137.574)

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 19. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no

patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 8 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

	Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	101,73	158.716	108.882	56.547	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	159,08	69.593	52.038	431.869	80.788	29.608
Instrumentos financeiros derivativos		-	1.545	13.039	-	-
Partes relacionadas		-	10.178	-	-	-
Arrendamento Mercantil	118,69	542	1.093	5.085	32.343	-
Outros passivos - não circulante		-	-	-	1.275	-
		<u>228.851</u>	<u>173.736</u>	<u>506.540</u>	<u>114.406</u>	<u>29.608</u>
						<u>1.053.141</u>
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores	102,16	215.991	87.217	79.442	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	138,67	6.510	86.824	426.100	79.444	11.357
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	118	-	-
Partes relacionadas		-	5.858	-	-	-
Outros passivos - não circulante		-	-	-	2.885	-
		<u>222.501</u>	<u>179.899</u>	<u>505.660</u>	<u>82.329</u>	<u>11.357</u>
						<u>1.001.746</u>

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	101,73	189.129	133.270	62.648	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	159,08	113.769	56.090	431.869	80.788	29.608
Instrumentos financeiros derivativos		-	1.545	13.039	-	-
Partes relacionadas		-	763	-	5.943	-
Arrendamento Mercantil	118,69	598	1.207	5.615	35.713	-
Outros passivos - não circulante		-	-	-	29.135	-
		<u>303.496</u>	<u>192.875</u>	<u>513.171</u>	<u>151.579</u>	<u>29.608</u>
						<u>1.190.729</u>
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores	101,75	247.327	108.806	95.997	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	138,67	6.510	86.824	426.100	79.444	11.357
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	242	-	-
Partes relacionadas		-	755	-	5.500	-
Outros passivos - não circulante		-	-	-	23.993	-
		<u>253.837</u>	<u>196.385</u>	<u>522.339</u>	<u>108.937</u>	<u>11.357</u>
						<u>1.092.855</u>

Ativos financeiros

	Controladora				
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2019					
Caixa e bancos		15.270	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,22	375.547	-	-	-
Contas a receber de clientes	101,66	205.308	16.442	26.100	69
Partes relacionadas		-	-	30.190	-
		<u>596.125</u>	<u>16.442</u>	<u>56.290</u>	<u>69</u>
					<u>668.926</u>
31 de dezembro de 2018					
Caixa e bancos		15.562	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	97,53	341.330	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		2.097	643	-	-
Contas a receber de clientes	101,66	158.594	56.218	18.139	28
Partes relacionadas		-	-	64.156	-
		<u>517.583</u>	<u>56.861</u>	<u>82.295</u>	<u>28</u>
					<u>656.767</u>

Consolidado					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2019					
Caixa e bancos	29.911	-	-	-	29.911
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	430.803	-	-	-	430.803
Contas a receber de clientes	211.718	60.952	29.181	70	301.921
Partes relacionadas	-	-	20.378	-	20.378
	<u>672.432</u>	<u>60.952</u>	<u>49.559</u>	<u>70</u>	<u>783.013</u>
31 de dezembro de 2018					
Caixa e bancos	49.854	-	-	-	49.854
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	343.494	-	-	-	343.494
Instrumentos financeiros derivativos	2.097	643	-	-	2.740
Contas a receber de clientes	168.573	85.084	22.407	28	276.092
Partes relacionadas	-	-	21.103	-	21.103
	<u>564.018</u>	<u>85.727</u>	<u>43.510</u>	<u>28</u>	<u>693.283</u>

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2019. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Consolidado									
Saldos patrimoniais					Cenários				
31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018						
Ativo/Passivo (R\$)	Ativo/Passivo (R\$)	Nocional (USD)	Nocional (USD)	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Instrumentos financeiros derivativos									
Swap de taxa de juros									
Empréstimos em moeda estrangeira US\$ para R\$ (CDI)	(9.930)	(118)	114.261	101.754	(21.994)	(27.493)	(32.991)	(16.496)	(10.997)
Empréstimos									
Em US\$	(460.550)	(394.277)	(114.261)	(101.754)					
Empréstimos									
Em CDI	(185.442)	(117.190)	n/a	n/a	(39.825)	(49.781)	(59.738)	(29.869)	(19.913)
Exposição líquida			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(61.819)</u>	<u>(77.274)</u>	<u>(92.729)</u>	<u>(46.365)</u>	<u>(30.910)</u>
Instrumentos financeiros derivativos									
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação									
R\$ para US\$ - NDFs e Opções	(4.654)	2.740	80.137	47.312	(3.251)	78.184	159.610	(84.688)	(166.114)
Outros passivos financeiros									
Fornecedores moeda estrangeira US\$ para R\$	(189.022)	(247.633)	(46.896)	(63.909)	4.803	(25.454)	(55.712)	35.061	65.318
Exposição líquida 1			<u>33.241</u>	<u>(16.597)</u>	<u>1.552</u>	<u>52.730</u>	<u>103.898</u>	<u>(49.627)</u>	<u>(100.796)</u>
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo									
US\$ para R\$			(9.797)	(39.489)	(309)	(10.259)	(20.207)	9.641	19.590
Exposição líquida 2			<u>23.444</u>	<u>(56.086)</u>	<u>1.243</u>	<u>42.471</u>	<u>83.691</u>	<u>(39.986)</u>	<u>(81.206)</u>
Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro					<u>(60.576)</u>	<u>(34.803)</u>	<u>(9.038)</u>	<u>(86.351)</u>	<u>(112.116)</u>

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações

ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

33.2 Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	663.896	610.235	712.124	610.235
Derivativos Swap	9.930	118	9.930	118
Caixa e equivalentes	(390.817)	(356.892)	(460.714)	(393.348)
Dívida líquida (a)	283.009	253.461	261.340	217.005
Dívida				
Empréstimos - terceiros	663.896	610.235	712.124	610.235
Derivativos Swap	9.930	118	9.930	118
Derivativos Opções e NDF	4.654	(2.740)	4.654	(2.616)
Caixa e equivalentes	(390.817)	(356.892)	(460.714)	(393.348)
Dívida líquida (b)	287.663	250.721	265.994	214.389
Patrimônio Líquido (c)	527.024	508.990	534.892	509.908
Índice endividamento líquido (a)	0,54	0,50	0,49	0,43
Índice endividamento líquido (b)	0,55	0,49	0,50	0,42

- (a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos).
- (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

33.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo

materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado
31 de dezembro de 2019						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Investimentos	-	-	-	21.519	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	316.415	-	-	371.058
Partes relacionadas	-	-	30.190	-	-	20.378
Caixa e equivalentes de caixa	390.817	-	-	460.714	-	-
	390.817	-	346.605	482.233	-	391.436
31 de dezembro de 2018						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	2.740	-	-	2.740	-	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	278.772	-	-	323.920
Partes relacionadas	-	-	64.156	-	-	21.103
Caixa e equivalentes de caixa	356.892	-	-	393.348	-	-
	359.632	-	342.928	396.088	-	345.023

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado
31 de dezembro de 2019						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	4.654	9.930	-	4.654	9.930	-
Empréstimos	-	-	663.896	-	-	712.124
Arrendamento mercantil	-	-	39.063	-	-	43.133
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	329.214	-	-	435.408
Partes relacionadas	-	-	10.178	-	-	6.706
	4.654	9.930	1.042.351	4.654	9.930	1.197.371
31 de dezembro de 2018						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	-	118	-	124	118	-
Empréstimos	-	-	610.235	-	-	610.235
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	389.377	-	-	487.127
Partes relacionadas	-	-	5.858	-	-	6.255
	-	118	1.005.470	124	118	1.103.617

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado					
	Nocional (USD)		31/12/2019		31/12/2018	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF) (a)	80.137	43.754	-	4.654	1.769	124
Opções de dólar (b)	-	3.558	-	-	971	-
Swap de taxas de juros (c)	114.261	101.754	-	9.930	-	118
	194.398	149.066	-	14.584	2.740	242

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2019, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Período da Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Jul/19	Jan/20	245	3,8255
Mai/19 a Dez/19	Jan/20 a Jul/20	5.141	4,0477
Ago/19 a Dez/19	Jan/20 a Ago/20	15.554	4,1381
Jun/19	Mar/20	90	3,9524
Out/19 a Dez/19	Jan/20 a Jul/20	1.910	4,1405
Set/19 a Nov/19	Jan/20 a Mai/20	3.922	4,1298
Mai/19 a Dez/19	Jan/20 a Ago/20	4.355	4,1112
Ago/19 a Out/19	Jan/20 a Mai/20	348	4,1342
Mai/19 a Dez/19	Jan/20 a Set/20	28.934	4,1337
Fev/19 a Dez/19	Jan/20 a Jul/20	19.638	4,0579
		80.137	4,1071

Durante o exercício de 2019 a Companhia reconheceu R\$ 11.112 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2018 ganho de R\$ 39.375).

(b) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. Em 31 de dezembro de 2019 não haviam contratos em aberto referentes essa operação.

Durante o exercício de 2019 a Companhia reconheceu R\$ 862 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados (em 2018 perda de R\$ 631).

(c) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média contratada do CDI foi de 149,96% (em 31 de dezembro 2018, 134,51%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas

operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swaps", documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor Justo (1)	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no período
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	460.550	(15.431)	(9.930)	(5.501)	2.042

- (1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do *hedge* é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 71.893 e EUR\$ 37.694 de valor "notional" R\$ 460.878. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" em 31 de dezembro de 2019 uma perda líquida de R\$ 5.501 (em 2018 perda líquida de R\$ 623), e no resultado financeiro um ganho líquido de R\$ 3.136 (em 2018 ganho líquido de 38.540). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes

montantes e condições no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31 de dezembro de 2019	
			Valor Nominal USD mil	Valor em R\$
Set/19 a Dez/18	Ago/20 a Nov/20	FINIMP	6.721	27.089
Ago/19 a Dez/19	Fev/20 a Dez/20	4131	65.172	262.689
			<u>71.893</u>	<u>289.778</u>

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31 de dezembro de 2019	
			Valor Nominal EUR mil	Valor em R\$
Jul/19 a Nov/19	Jan/20 a Nov/20	4131	36.339	164.635
Jul/19 a Nov/19	Jan/20 a Mai/20	4131	1.355	6.137
			<u>37.694</u>	<u>170.772</u>

36. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 30 de junho de 2016 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo

programa que totalizava 1.350.000 opções de compra de ações ("Plano 2016"), divididas em três lotes iguais. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 esse plano contemplava 900.000 opções.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram exercidas 450.000 opções, referentes ao lote 2 do Plano de 2016, pelo valor de R\$ 702, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 4.715 e R\$ 98, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 3.913.

Ainda durante o ano de 2019 as 450.000 opções referentes ao lote 3 do plano de 2016 foram canceladas em virtude da retirada dos beneficiários.

Em consequência dos eventos acima descritos, o plano de 2016 não contempla nenhuma opção em aberto.

Em 29 de junho de 2017 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totalizava 1.213.250 opções de compra de ações ("Programa 2017"), divididas em três lotes. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 esse plano contemplava 627.250 opções.

O primeiro lote poderia ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2021, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2017 é de R\$ 3,53.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram exercidas 102.050 opções, referentes ao lote 1 do Plano de 2017, pelo valor de R\$ 358, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 1.069 e R\$ 117, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 595.

O quadro abaixo apresenta o saldo das opções em aberto referentes a esse plano em 31 de dezembro de 2019:

Programa 2017									
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2019	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2019	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2019	Total da Reserva
1	23.400	3,10	2019	3,53	30/06/2017	1,1111	26	-	26
2	219.538	3,10	2020	3,53	30/06/2017	1,1661	256	(68)	256
3	282.262	3,10	2021	3,53	30/06/2017	1,2116	342	(71)	274
							624	(139)	556

Em 6 de março de 2018 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 668.750 opções de compra de ações ("Programa 2018-I"), divididas em três lotes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 esse plano contemplava 577.750 opções.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2021, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 6 de março de 2018 é de R\$ 3,98.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram exercidas 90.150 opções, referentes ao lote 1 do Plano de 2018 ("Programa 2018-I"), pelo valor de R\$ 358, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as

baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 944 e R\$ 54, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 533.

O quadro abaixo apresenta o saldo das opções em aberto referentes a esse plano em 31 de dezembro de 2019:

Programa 2018 - I									
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2019	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2019	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2019	Total da Reserva
1	25.400	3,45	2019	3,98	06/03/2018	0,5906	15	-	15
2	202.213	3,45	2020	3,98	06/03/2018	0,6676	135	(69)	135
3	259.987	3,45	2021	3,98	06/03/2018	0,7039	183	(65)	127
							333	(134)	277

Em 25 de abril de 2018 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que contemplava 254.700 opções de compra de ações ("Programa 2018 - II"), com apenas um lote. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o plano foi cancelado integralmente em virtude da retirada dos beneficiários.

Com o cancelamento 450.000 opções do lote 3 do plano de 2016 e das 254.700 opções do Programa 2018-II, houve a restituição dos valores contabilizados na rubrica de Reserva de Opções para a Reserva de Lucros no montante de R\$ 17.

Em 20 de março de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 390.000 opções de compra de ações ("Programa 2019-I"), divididas em três lotes.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2023, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 21 de março de 2019 é de R\$ 2,40.

Programa 2019 - I									
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2019	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2019	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2019	Total da Reserva
1	78.000	2,33	2021	2,40	20/03/2019	0,8974	70	(31)	31
2	136.500	2,33	2022	2,40	20/03/2019	0,8864	121	(34)	34
3	175.500	2,33	2023	2,40	20/03/2019	0,9060	159	(33)	33
							350	(98)	98

Em 24 de abril de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 120.000 opções de compra de ações ("Programa 2019-II"), divididas em três lotes.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2023, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 24 de abril de 2019 é de R\$ 2,36.

Programa 2019 - II									
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2019	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2019	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2019	Total da Reserva
1	24.000	2,29	2021	2,36	24/04/2019	0,9583	23	(9)	9
2	42.000	2,29	2022	2,36	24/04/2019	0,9524	40	(9)	9
3	54.000	2,29	2023	2,36	24/04/2019	0,9815	53	(10)	10
							116	(28)	28

Em 02 de agosto de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 60.000 opções de compra de ações ("Programa 2019-III"), divididas em três lotes.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2023, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 02 de agosto de 2019 é de R\$ 2,61.

Programa 2019 - III

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2019	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2019	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2019	Total da Reserva
1	12.000	2,52	2021	2,61	02/08/2019	2,2500	27	(8)	8
2	21.000	2,52	2022	2,61	02/08/2019	2,6667	56	(9)	9
3	27.000	2,52	2023	2,61	02/08/2019	2,8889	78	(9)	9
							161	(26)	26

37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

- Em 01 de janeiro de 2019 a Companhia e sua controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda. reconheceram no ativo imobilizado o montante R\$ 45.312 e R\$ 4.721 respectivamente, referentes a contratos de arrendamento mercantil de imóveis, em atendimento ao CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil que entrou em vigor nessa data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada apresentam no passivo saldo a pagar referente a essas operações no montante de R\$ 39.063 e R\$ 4.070 respectivamente.
- Em maio de 2019, a Companhia integralizou capital social na controlada direta Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda. no montante de R\$ 25.000, utilizando créditos que detinha com a investida.
- Em junho de 2019 a Crounal S.A. integralizou US\$ 1.000 (R\$ 3.193) de capital social na controlada em conjunto PBG Uruguay S.A., utilizando créditos que detinha com a investida.
- Em 31 de dezembro de 2018 a controlada indireta Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta saldo a pagar referente a essa aquisição no montante de R\$ 42.139.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de janeiro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 353.700 mediante a emissão de 54.000.000 de novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 6,55.

O novo capital social da Companhia passará a ser de R\$ 742.700, dividido em 141.800.000 ações ordinárias. Do valor do capital social serão abatidas as despesas necessárias pela emissão das novas ações.